

O TRABALHADOR E A SUA LUTA NA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL INGLESA – 1760 a 1895

THE WORKER AND HIS STRUGGLE IN THE ENGLISH INDUSTRIAL REVOLUTION - 1760 to 1895

Vanesa Miranda Freire¹;
Miguel Rosa dos Santos²

RESUMO

O bjetivou-se apresentar os dados e relatos históricos dos proletariados e burguesia, e quais foram e como se deram estes impactos durante a Revolução Industrial/RI. Para a descrição levantou-se informações nas bases de dados *On line* associado a leituras de livros. O estudo foi dividido em quatro capítulos. A RI iniciada na Inglaterra é descrita como um conjunto de transformações nas indústrias/agricultura, transporte/bancos/comércio e comunicações. Apesar dos prós econômicos da política de cercamentos, inúmeras famílias perderam suas terras que os proporcionavam subsistência e passaram a possuir apenas a sua mão de obra para ser vendida a valores insignificantes em troca de horas exaustivas de trabalho. As grandes produções das inovações da época garantiram expansão industrial e do mercado favorecendo o crescimento comercial/econômico da Grã-Bretanha, conquistando o mercado mundial dos produtos industrializados e da sua frota marítima, tendo grande parte da produção voltada para exportação, gerando lucros à burguesia e ao país; destacando-se a exportação/poupança/nível de investimentos e a taxa de juros para o aumento da renda nacional. Porém, este êxito teve como base um regime de trabalho assalariado da classe operária, com duras jornadas de trabalho dos mais carentes. As crianças foram as mais exploradas, sendo obrigadas a labutar em lavouras/minas/indústrias por horas exaustivas e de forma desumana pelo seu sustento; decorrendo as mesmas deformações precoces no corpo em formação. A classe trabalhadora vivia no limite da subsistência, trabalhando mesmo quando doentes, sob risco de serem demitidos e perder o sustento da família. Estas condições levaram ao surgimento de leis, organizações não governamentais e movimentos operários que buscavam uma “melhor qualidade de vida a população”. Portanto a RI teve grande importância para o desenvolvimento das nações, com mudanças de hábitos e inovações tecnológicos. Foi também um período de sofrimento aos mais necessitados, ceifando-se milhares de vidas e projetos familiares. Através da história socioeconômica daquela época conhece-se o verdadeiro comportamento do homem e da sociedade que nele impera.

¹Economista. Especialista em Auditoria e Perícia Contábil. E-mail: vanesamifre@gmail.com.

²Economista. Docente da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC/GO). Mestre em Educação

ABSTRACT

This work presents the data and historical accounts of the proletarians and bourgeoisie, and which were and how they have these impacts during the Industrial Revolution / RI. For the description stood up information in databases On-line associated with book readings. The study was divided into four chapters. The RI started in England is described as a set of transformations in industry / agriculture, transportation / banking / commerce and communications. Despite the economic pros enclosure policy, many families lost their land that provided subsistence and now have only their labor to be sold to negligible values in exchange for hours of exhaustive work. Major productions of the innovations of the time ensured industrial expansion and market growth favoring commercial / economic in Britain, winning the world market for industrial products and its maritime fleet, with much of the production for export, generating profits of the bourgeoisie and the country, highlighting the export / savings / investment level and the interest rate to increase national income. However, this success was based on a system of wage labor of the working class, with harsh working hours of the poor. Children were the most exploited, being forced to toil on farms / mines / industries by hours of exhaustive and inhumanely for their sustenance; Occurring the same strain in training earlier in the body. The working class lived on the edge of subsistence, work even when sick, in danger of being fired and losing their family. These conditions led to the emergence of law, nongovernmental organizations and labor movements that sought a “better quality of life for people.” Therefore, the RI was of great importance for the development of nations, with changes in habits and technological innovations. It was also a period of suffering to the most needy, is claiming thousands of lives and family projects. Through the socioeconomic history of that time to know the real behavior of man and society that it dominates.

Keywords: Industrial Revolution, the Working Class; labor movements.

1 INTRODUÇÃO

A Revolução Industrial marca a mais radical mudança da vida humana já registrada em documentos escritos, iniciada na segunda metade do século XVIII na Inglaterra pode ser descrita como um conjunto de transformações nas indústrias, agricultura, transporte, bancos, comércio e comunicações.

Para se entender melhor o tema abordado é importante ressaltar que segundo Sandroni (2006), a indústria seria o conjunto de atividades produtivas que se caracterizam pela transformação de matérias-primas, de modo manual ou com auxílio de máquinas e ferramentas, no sentido de fabricar mercadorias. Neste contexto sabe-se que a transformação de matérias-primas em produtos úteis passou por três formas ao longo da construção da história do homem, o artesanato, a manufatura e a mecanização.

O artesanato é considerado a forma mais antiga da produção industrial, pois nesse o artesão realiza todos os ofícios. O artesanato é uma espécie de indústria rural própria, pois este produzia apenas instrumentos rudimentares que a própria vida no campo demandava.

Naquele período os trabalhadores (artesões) não se submetiam a esquemas rí-

gidos de produção porque eram detentores de todos os meios de produção que necessitavam para sobreviver de seu trabalho, como o conhecimento, habilidades e técnicas. Pode-se afirmar que o trabalhador, na gênese do sistema capitalista, era livre e determinava quanto e como produzir. Nesse contexto, também vale destacar que os ofícios passavam, quase que exclusivamente, de pai para filho sem a necessidade de qualquer tipo de instrução formal ou normatização externa para a melhor execução das tarefas.

Devido a Lei do Cercamento de 1760 que expropriava os camponeses de suas terras, obrigando-os a migrar a zona urbana, os artesãos foram aos poucos sendo desapropriado do seu trabalho e perdendo sua identidade e autonomia; não dominava mais o meio de produção, pois se requisitava aceleração da produção para atender ao consumo. Como resultado, o homem tornou-se trabalhador assalariado, ficando sob controle do capitalismo após perder o domínio sobre o produto do seu trabalho. Posteriormente a manufatura não era mais suficiente para atender à demanda, sendo substituída pela maquinofatura.

Manufatura entende-se como as atividades específicas realizadas por inúmeros trabalhadores, cada um realizando funções específicas e repetitivas. Da produção artesanal à produção industrial, a manufatura resultou da ampliação do consumo, que levou o artesão a aumentar a produção e o comerciante a dedicar-se à produção industrial. Aqueles mesmos artesões e os habitantes do campo passam agora, segundo Smith (1776), a “comprarem na cidade uma maior quantidade de bens manufaturados, com o produto de uma quantidade muito menor de seu próprio trabalho, do que teriam de executar se tentassem os mesmos produzi-los por si mesmos”.

A produção dos comerciantes era diária e para tanto houve necessidade de aumentar a mão de obra. Primeiramente, os contratos dos artesãos foram para fins de acabamento aos tecidos, posteriormente, segue-se o tingimento e o tear, por último a fiação. Com esta mão de obra cada vez mais crescente, surgiram fábricas, com assalariados que não tinham controle sobre o produto do seu trabalho.

A divisão do trabalho levou a um aumento da produtividade, isto é, cada trabalhador realizava uma etapa da produção. Tão logo se fixou o sistema produtivo em escala, essencial ao desenvolvimento do capitalismo, com grupos de trabalhadores reunidos sob um mesmo teto e submetidos a jornadas pré-definidas de trabalho, ao disciplinamento e ao controle de um detentor dos meios de produção (o capitalista), a situação começou a mudar. O processo de trabalho e as normas às quais ele se rendeu, em razão da necessidade da organização e do aumento da produtividade, resultaram na especialização, no aperfeiçoamento e na diversificação de ferramentas.

Com o surgimento das fábricas (mecanização), e o aumento da divisão do trabalho, acarretou a desqualificação do trabalhador, o qual já não possuía o conhecimento do processo produtivo. A Inglaterra liderou este processo como primeiro palco destas transformações.

A mecanização é caracterizada pela utilização de máquinas no lugar do ofício do homem e ferramentas, foi a forma mais complexa da industrialização. Logo o fenômeno da Revolução Industrial provocou uma grande mudança nas técnicas e nos instrumentos de trabalho, que por sua vez ampliaram os empreendimentos comerciais e aumentaram a produção. Desta forma dissipou-se a ação criativa familiar ligada ao trabalho artesanal, as comunidades primitivas e na agricultura.

A Revolução Industrial completou a transição do Feudalismo ao Capitalismo, significando o final do processo de expropriação dos produtores diretos. O

Modo de Produção Capitalista foi caracterizado pela introdução das máquinas e pelas relações sociais de produção assalariadas. Esta relação passou a predominar a partir do momento em que houve a separação definitiva entre capital e trabalho, reflexo direto da industrialização (HOBSBAWM, 2009).

Na história do mundo houve um momento em que a Grã-Bretanha podia ser descrita como a exclusiva Nação caracterizada por ser a única em: oficina mecânica, importadora e exportadora em grande escala, transportadora e país imperialista. Por esse motivo, era ímpar em potência naval e o país que possuía uma verdadeira política mundial (HOBSBAWM, 2009).

Para que todas estas sucessões de fatos ocorressem, grandes modificações no comportamento da população da época foram registradas, principalmente no que se refere ao êxodo rural.

A Revolução Industrial alterou profundamente as condições de vida do operário, provocando inicialmente um intenso deslocamento da população rural para as cidades, causadas pela intensidade dos cercamentos, criando uma enorme concentração urbana. As condições de trabalho nas primeiras fábricas eram extremamente duras e penosas. Homens, mulheres e crianças eram submetidos a uma escravidão clássica. Para a produção, eram utilizados galpões escuros e insalubres, sendo freqüentes acidentes com as máquinas que acabavam muitas vezes provocando mutilações, sem direito a indenizações ou mesmo com o custeio dos gastos com saúde por parte dos industriais.

Devido à inexistência de um direito que amparassem os operários, as jornadas de trabalho respeitavam mais os limites da máquina do que do próprio trabalhador, chegando ao inacreditável patamar de dezesseis horas de trabalho diário. Durante a maior parte do tempo, as atividades eram exercidas em pé, sendo rigorosamente vigiadas por capatazes que não permitiam pausas (HOBSBAWM, 2009).

Apesar das péssimas condições de vida do trabalhador relatadas anteriormente, ocorreu o surgimento de inúmeras leis que os prejudicavam como a *Combination Acts*, uma lei anti-sindical que os proibia de qualquer tipo de organização operária. Porém, mesmo com leis que os restringiam, diversos movimentos surgiram em defesa dos direitos trabalhistas, entre eles estão o Luddismo, Cartismo, *Levellers e Diggers* cada um apresentando sua característica particular.

Em 21 de fevereiro de 1848, Karl Marx e Friedrich Engels publicavam “O Manifesto do Partido Comunista” que inspirou a população na luta pelos seus direitos e contra a escravidão clássica, a servidão medieval, o obscurantismo religioso e todas as formas de opressão, lançando as bases do comunismo. Um manifesto que relata de ontem, mas que parece dizer de hoje, mostra duas classes sociais antagônicas dominando o cenário, a burguesia e o proletariado. Na obra “A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra”, publicada em 1845, o alemão Friedrich Engels descreve as péssimas condições de trabalho nas fábricas e a vida dos trabalhadores nas cidades a partir de visitas aos cortiços, para ter a real dimensão da miséria humana por trás de um sistema que parecia tão benéfico.

Este trabalho é de caráter econômico e social, dando destaque principalmente a primeira fase da revolução industrial, os fatos pré-revolucionário, as condições de trabalho e vida da classe proletária e as críticas a tal estrutura socioeconômica feita pelos movimentos em prol do trabalhador e de idealistas como Karl Marx.

Para destacar o caráter econômico e social o objetivo geral terá como foco demonstrar os impactos sociais e econômicos causados pela Revolução Indus-

trial inglesa; e como objetivos específicos apresentar os dados e os relatos históricos dos proletariados e da burguesia descrito na história evidenciado durante a Revolução Industrial; e apresentar quais foram e como se deram os impactos sociais e econômicos causado pela Revolução Industrial.

Como problemas apresentados na presente descrição questionou-se: Qual a importância socioeconômica da Revolução Industrial Inglesa para o mundo? Qual a posição dos idealistas frente à sociedade da época e quais foram suas atitudes? Quais foram as condições de vida do proletariado da época?

Baseado na problemática foi levantado as seguintes hipóteses sobre este período, a primeira hipótese seria de que a Revolução Industrial Inglesa foi um período importante na História Mundial e destacada pelo grande salto tecnológico nos transportes e máquinas. As máquinas a vapor e os gigantes teares revolucionaram o modo de produção. Se por um lado a máquina substituiu o homem, gerando milhares de desempregados, por outro, baixou o preço de mercadorias e acelerou o ritmo de produção. Na área de transportes, pode-se destacar a invenção das locomotivas e os trens à vapor. Com estes meios de transportes, foi possível transportar mais mercadorias e pessoas, num tempo mais curto e com custos mais baixos. A segunda hipótese apresentada é que os Idealistas tinham fortes idéias frente à relação de opressor versus oprimido, eram contra a exploração sofrida pelo proletário e fez constantes críticas em suas obras, criando diversos movimentos para a luta de classes em busca da igualdade, além de vilas em que a população tinha alimentação, estudo e lazer. A terceira hipótese levantada foi de que a Revolução Industrial alterou profundamente as condições de vida do trabalhador braçal, provocando inicialmente um intenso deslocamento da população rural para as cidades, com enormes concentrações urbanas. A produção em larga escala e dividida em etapas sendo que cada grupo de trabalhadores dominava apenas uma etapa da produção. O principal desdobramento da Revolução foi o surgimento do proletariado urbano como classe social definida. Vivendo em condições deploráveis, tendo cortiços como moradia e submetido a salários irrisórios com longas jornadas de trabalho, o operariado nascente era facilmente explorado, devido também, à inexistência de leis trabalhistas.

2 METODOLOGIA

A Metodologia desenvolvimento teve como base o levantamento de informações sobre a Revolução Industrial Inglesa ocorrido em diferentes períodos da história.

Foi utilizada pesquisa bibliográfica a partir da base de dados on-line e livros relacionados ao tema.

Foram utilizados para a busca dos artigos e outros dados vários descritores. Dentre estes se cita os principais como: Revolução Industrial, depoimento da classe operária na Inglaterra, depoimento da classe burguesa na Inglaterra, situação do proletariado e burguesa durante a Revolução Industrial, trabalho na Revolução Industrial, Karl Marx, Movimento Operário, entre outros.

Nesse cenário a ser desenvolvido optou-se em abordar o assunto através de quatro capítulos com os subtemas que esclarecerão a proposta da presente monografia.

Esta monografia, como já mencionado, possui quatro capítulos com subtemas, no Capítulo 1 será abordado temas como a Lei do cercamento de terras, a Revolução Agrícola, A manufatura e os Fatores responsáveis pela Revolução Industrial, com o título “O início da Revolução Industrial”; no Capítulo 2 de-

nominado de “A Revolução Industrial e suas inovações” haverá descrição das Grandes criações, o Aumento da produção e a Busca pela maximização do lucro, dando maior destaque ao período compreendido entre 1760 (intensificação dos cercamentos) a 1895 (criação do primeiro telegrafo sem fio); no Capítulo 3 será apresentado “As consequências sociais da R.I.” versando sobre as Condições de vida da classe Operária; e por fim no Capítulo 4 que apresenta o título “A política e o movimento trabalhador na R.I.” onde será abordada a luta histórica das classes através dos principais movimentos da época, as leis que prejudicavam o trabalhador e a busca por uma voz política junto ao Parlamento Inglês.

3 CAPÍTULO 1 - O INÍCIO DA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

3.1 Lei do cercamento de terras

A Inglaterra em meados do século XVIII, durante o reinado de Jorge III, ainda apresentava fortes características camponesas, com população ainda residente nos campos e vilarejos, em uma economia de subsistência. Nesta época existiam poucas cidades grandes que eram conhecidas como cidades comerciais ou capitais (centro de poder político dos reinos) (DECCA; MENEQUELLO, 1999). Porém no final desse século, no reinado de Guilherme IV, os campos livres e pastos comuns foram demarcados, era o início da intensificação dos cercamentos, principalmente para a pastoria. Terras antes utilizadas para o sustento de inúmeras famílias, agora serviam apenas à produção de mercado com o objetivo de aumentar a produção de lã para a indústria têxtil. O interesse pela lã e pelo couro logo se tornou maior do que o próprio trigo (ASHTON, 1971).

Sobre o cercamento, Decca e Meneguello (1999, p.71) relatam que é um “Processo secular, amparado por leis, por meio do qual terra antes de uso comum era cercada e transformada em propriedade privada, expropriando os camponeses, seus usuários desde muitas gerações. Na Inglaterra o processo de cercamento começou em meados do século XV, intensificando-se entre 1760 e 1845”.

Os cercamentos tiveram intensificação a partir de 1760 e foram realizados principalmente por homens que fizeram fortuna do comércio, no serviço oficial e pessoas da sociedade aristocrata territorial que buscavam reconquistar seu antigo lugar perante a sociedade, após uma perda de terras por conta da Guerra Civil. Esses latifundiários buscavam formas de aumentar seu poder territorial, alguns pequenos proprietários por sua vez, facilitavam a venda de suas fazendas e com o capital adquirido arrendava grandes pedaços de terra ou mesmo para investir na construção de indústrias. Porém caso o pequeno proprietário se recusasse a vender seu pedaço de terra, era possível, por parte dos latifundiários, obterem poderes parlamentares para realizar os desejos daqueles que dominavam a maior parte do solo. Enquanto a população mais humilde frequentemente não recebia nenhuma compensação pela perda de suas terras, e passaram a ser severamente punidas caso plantassem, colhessem, caçassem ou mesmo recolhessem lenhas nesses locais. Devido às punições passaram a se sustentar por agriculturas primitivas em terrenos reduzidos, se tornando assalariados, caçadores furtivos, mendigos, ladrões ou até recebendo ajudas assistenciais, se tornando obstáculo para a plena utilização da terra e encargos para as taxas pagas pelos lavradores (ASHTON, 1971).

Os cercamentos foram de fundamental importância para o desenvolvimento da indústria e do capitalismo, visto que houve um aumento da produção e do aproveitamento da terra frente aos latifundiários, estes proporcionaram a grupos menores a chance de novos investimentos a partir da renda adquirida pela venda

das terras e, de buscar novos empregos e oportunidades, principalmente na indústria, nas grandes cidades.

Muitos historiadores se mostram preocupados com a população obrigada a abandonar suas terras e tradições, porém T. S. Ashton (1971) em seu livro “A Revolução Industrial” defende que tal fato gerou um aumento da produtividade do solo e até considera como um fator positivo a favor dos camponeses como se pode ver nesse trecho de seu livro: “... É precisamente pelo facto de a vedação (cercamento) dos terrenos ter libertado (ou tirado) os homens do trabalho da terra que se deve considerá-la entre os fenômenos que conduziram à revolução industrial, com a conseqüente subida dos padrões de consumo.” (1971, p.48) (grifo dos autores).

O campesinado praticamente deixou de existir como classe, e a produção basicamente para o próprio consumo não tinha mais relevância para o país, neste momento surgia à revolução agrícola e a intensificação de atividades econômicas manufatureiras (HOBSBAWM, 2009). Essa atividade era o sistema de produção vigente na Europa desde a Idade Média no qual os trabalhadores se reuniam numa mesma oficina, realizando trabalho manual com a ajuda de ferramentas, e que também sofreu alterações a partir da Revolução Industrial, mesmo com a continuidade da produção doméstica (DECCA; MENEGUELLO, 1999).

Apesar dos prós econômicos da política de cercamentos, inúmeras famílias perderam suas terras que os proporcionavam subsistência e passaram a possuir apenas a sua mão de obra para ser vendida a valores insignificantes em troca de horas exaustivas de trabalho.

3.2 Revolução Agrícola

A primeira ‘Revolução Agrícola’ aconteceu aproximadamente em 1800 e uniu a criação de animais à agricultura, levando um grande aumento da produção devido à utilização dos excrementos dos animais para adubação das lavouras e a rotação de plantas forrageiras (capim e leguminosas) com os campos cultivados; dessa forma as atividades de pecuária e agricultura se integram (ASHTON, 1971).

A Revolução Agrícola foi à introdução de novidades e melhorias técnicas pelos Landlords (senhores da terra). Os campos fechados se transformaram em unidades mais rentáveis, aumentando a produção de lã, carnes e cereais, tendo como proprietários homens esclarecidos que pertenciam a uma corrente especial de doutrina ou prática agrícola. Entre os mais conhecidos, surge Jethero Tull (1674-1741, estudante de direito que aderiu a agricultura aos 25 anos) que aconselhava a constante pulverização do solo e criou, em 1714, uma máquina de cavar puxada por um cavalo. Porém seus ensinamentos eram antiquados, pois contrário a utilização de estrumes, semeava em sulcos muito afastados com a intenção de economizar sementes, mas desperdiçando solo e era contra a rotação de culturas (ASHTON, 1971).

As grandes inovações vieram realmente dos proprietários de Norfolk (Reino Unido) e disseminado em outras regiões do país. O sistema de Norfolk, introduzido por um grande proprietário de terras de família tradicional, Lord Lovell (1697-1755). Com este sistema um conjunto de procedimentos técnicos, econômicos e legais passaram a serem aplicados no interior da fazenda cercada. Acreditavam na mistura de solos arenosos de marga e argila, a fim de reduzir a acidez do solo; na rotação das culturas e a observação metódica da sequência e das culturas aptas a facultar os melhores resultados; iniciação das culturas de

nabos, trevo, espécie de novos pastos, produção de trigo e na criação de gados; e, por fim, na entrega de grandes parcelas sementes para cultivo por arrendatários (ASHTON, 1971).

Estas mudanças no manuseio da terra, significativas até nos dias atuais, foram importantes para o melhor aproveitamento desta, gerando uma redução dos preços dos produtos alimentícios devido a crescente oferta e, um aumento da expectativa e qualidade de vida da população mais humilde que passou a ter acesso a uma boa alimentação.

A Revolução Agrícola levou a um aumento substancial da produtividade das terras, a rotação de quatro culturas (nabos, cevada, trevo e trigo, ou variantes) em vez da rotação de três culturas (cultura de inverno, primavera e pousio) e ao cultivo e pastoril de terras antes consideradas inférteis. Tais métodos garantiram a alimentação do gado por todo o inverno e conseqüentemente ao aumento da disponibilidade de adubos naturais para a cultura de cereais e tubérculos (ASHTON, 1971).

3.3 A manufatura

A manufatura foi um processo de produção capitalista artesanal rural, mas com o trabalho desempenhado por muitos operários, que vai de meados do século XVI ao último terço do século XVIII. Nesse processo é presente a divisão do trabalho, em que cada operário realiza uma operação na fabricação do produto (MARX, 2010). Neste tipo de atividades econômicas o artesão trabalhava em sua casa, especializando em produtos como tecidos, vestuários e uma grande variedade de artigos de metal - com o passar do tempo o pequeno camponês se tornou um trabalhador assalariado e sua antiga aldeia se torna uma vila industrial de mineiros ou tecelões em tempo integral – e algumas chegam a se tornar uma cidade industrial (HOBSBAWM, 2009).

Essa transição do modo de produção manufaturado para uma forma denominada de “a grande indústria” (termo adotado por Marx) foi muito importante para Revolução Industrial Inglesa (COGGIOLA, 2010). A modernização já estava presente, crescendo com a retomada da mineração (Carvão), incentivando a navegação em busca de novos mercados, impulsionando novas forças produtivas sociais. No Manifesto Comunista, Marx descreve em dois parágrafos a formação desses mercados e indústria:

“A descoberta da América, a circunavegação da África ofereceu à burguesia ascendente um novo campo de ação. Os mercados da Índia e da China, a colonização da América, o comércio colonial, o incremento dos meios de troca e, em geral, das mercadorias imprimiram um impulso, desconhecido até então, ao comércio, à indústria, à navegação e, por conseguinte, desenvolveram rapidamente o elemento revolucionário da sociedade feudal em decomposição” (1875, p.25)

“A antiga organização feudal da indústria, em que esta era circunscrita a corporações fechadas, já não podia satisfazer às necessidades que cresciam com a abertura de novos mercados. A manufatura a substituiu. A pequena burguesia industrial suplantou os mestres das corporações, a divisão do trabalho entre as diferentes corporações desapareceu diante da divisão do trabalho dentro da própria oficina (...) A grande indústria criou o mercado mundial preparado pela descoberta da América. O mercado mundial acelerou prodigiosamente o desenvolvimento do comércio, da navegação, dos meios de comunicação. Esse desenvolvimento reagiu por sua vez sobre a extensão da indústria; e à medida que

a indústria, o comércio, a navegação, as vias férreas se desenvolviam, crescia a burguesia, multiplicando seus capitais e relegando a segundo plano as classes legadas pela Idade Média” (1875, p.25; 26)

A divisão do trabalho levou a uma grande quantidade de produtos de forma padronizada e em série, aumentando seu volume, mesmo que inicialmente, antes do maquinismo, utilizassem o trabalho manual. A manufatura despertou a necessidade, antes inexistente, das máquinas, para substituir os movimentos repetitivos aplicados pelos trabalhadores.

3.4 Fatores responsáveis pela Revolução Industrial

Mas que fatores realmente levaram a Revolução Industrial? É uma pergunta que causa muita divergência entre os historiadores, segundo o Eric Hobsbawm (2006) em seu livro “Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo” alguns fatores devem ser eliminados, mas não negado qualquer importância, como o clima, sendo responsável pela grande concentração de indústrias de algodão na região, porém diversas Ilhas Britânicas apresentavam clima semelhante e nem por isso atraiu esse tipo de atividade; a geografia, devido a proximidade ao mar, fato não relevante isoladamente; mudanças biológicas da população; acidentes históricos, como os descobrimentos ultramarinos nos sécs. XV e XVI e a Revolução Científica no séc. XVII; o espírito capitalista despertado pela Reforma Protestante; e o interesses políticos, apesar de que existia uma comprometimento desde 1660 do governo britânico em busca de maximização do lucros.

Apesar de muitas especulações além das citadas, os principais fatores associados que de fato influenciaram a Grã-Bretanha, principalmente a Inglaterra a se tornar o berço da Revolução Industrial foram o de não pertencer a uma categoria de países subdesenvolvidos; os vínculos econômicos, sociais e ideológicos fracos, podendo ser rompidos facilmente; o acúmulo de capital do país, tendo condições para investir nos equipamentos necessários para a transformação econômica, não havendo escassez; a maioria dos investidores estava disposta a investir no progresso econômico e uma minoria estava inclinada a desviar recursos para usos alternativos como a ostentação; não era apenas uma economia de mercado, mas sim um único mercado nacional; setor manufatureiro e estrutura comercial bem desenvolvida (A nação de lojinhas); o transporte e comunicações baratos, nenhuma parte do país acha-se a mais de 112 km do mar; a não exigência de qualificações especializada dos trabalhadores que eram familiarizados com dispositivos mecânicos simples e com o trabalho em metal; pouca exigência investimento inicial estando dentro das possibilidades de grande número de pequenos empresários e artesãos tradicionais hábeis; o país era suficientemente rico e progressista para ficar a salvo das ineficiências que poderiam ter atrapalhado economias menos saudáveis; e por fim uma economia que visava não a inovação, mas sim o lucro.

4 CAPÍTULO 2 – A REVOLUÇÃO INDUSTRIAL E SUAS INOVAÇÕES

4.1 Grandes criações e o Aumento da produção

A Revolução Industrial Inglesa, a “constante revolução dos meios de produção” (denominação segundo Karl Marx), pode ser explicada pela pioneira criação de básicas condições para uma transformação global. O acúmulo de capital provindo de suas colônias, contrabandos, tráfico de escravos e transações com

outros países, e a baixa taxa de juros foi o combustível de impulsão ao desconhecido, a uma inovação da forma de produção nunca anteriormente verificada (ASHTON, 1971 apud AQUINO, 2009). A energia, antes humana e animal, passaram a ser substituída pela inanimada máquina gerando um aumento de produção e eficiência.

Dentre os incentivos a esta inovação estava a grande importação de tecidos da Índia e da China (MARX, 1848 apud ASHTON, 1971), influenciando o desenvolvimento da indústria têxtil interna do país, e o crescimento da procura de bens de consumo de massa como consequência da urbanização e mercantilização britânica (ASHTON, 1971). A Figura 1 ilustra as inúmeras indústrias presentes nas cidades inglesas.



Figura 1- Fábrica inglesa, século XVIII

Fonte: Universidade Estadual do Rio de Janeiro

Com a política de cercamento, as aldeias se tornaram populosas, com canos de chaminés crescendo e escondendo os velhos campanários e seus antigos camponeses agora migrava para as cidades dispondo sua única propriedade, a sua mão-de-obra numerosa e dependente (ASHTON, 1971 apud AQUINO, 2009), crescimento que pode ser visualizado na Figura 2.

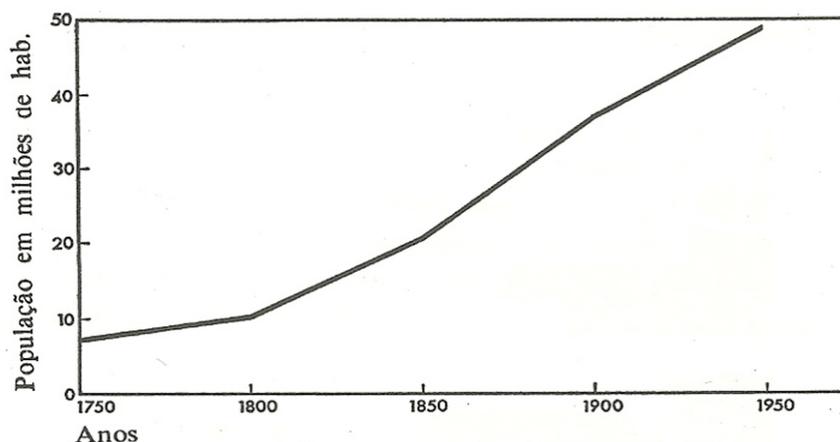


Figura 2- População da Grã-Bretanha, 1750 – 1951

Fonte: Hobsbawm, 2009

Um fator que também influenciou o crescimento da população da Grã-Bretanha foi à redução da mortalidade gerada por diversos fatores como exemplo

a Revolução Agrícola que aumentou a quantidade e qualidade dos alimentos oferecidos.

Como exemplo desse crescimento, destaca-se Manchester localizada ao noroeste da Inglaterra. Em sete décadas esta cidade teve um crescimento de 17.000 habitantes para 180.000 em sua população. Segundo Hobsbawn (2009), este crescimento foi em consequência da grande oferta de empregos as famílias. Deane (1973) descreve que milhares de pessoas passaram a migrar para as cidades, principalmente em função de terem ficado sem o trabalho no campo, fornecendo a mão-de-obra necessária para a rápida expansão da indústria inglesa.

Em 1767, James Watt, aprimora uma das principais criações da Revolução, a máquina a vapor, que apresenta uma menor perda de energia que seus modelos anteriores e que poderia também gerar movimento circular, além de ter proposto posteriormente várias aplicações para sua máquina (DECCA; MENEGUELLO, 1999). Até a sua invenção, apenas existia duas fontes geradoras de energia na Europa, a roda hidráulica e o moinho de vento que ofereciam no máximo 10 cavalos de energia (ASHTON, 1971).

A indústria têxtil foi inicialmente o setor que sofreu maior desenvolvimento durante o maquinismo da Revolução Industrial. Em 1730 o tear de tecer foi aperfeiçoado, permitindo peças mais largas e em maior rapidez. Porém apenas entre 1765 a 1779 com a invenção da “*spinning-jenny*” (movida a energia mecânica, e que multiplicou a produção em 24 vezes em relação ao rendimento das antigas rocas.), da “*water-frame*” (movida a energia hidráulica em 1767, provável data) e da “*mule jenny*” (máquina de fiar que produzia fios de maior rapidez e qualidade), que a fiação anteriormente lenta passou a ter rapidez e qualidade superior (MANTOUX, 1988). A dependência das máquinas por energia hidráulica obrigava as primeiras fábricas a se instalarem na beira de rios que tivessem ou que permitissem a construção de quedas d’água (MANTOUX, 1988). Em 1785 foi inventada a “*power loom*”, máquina à vapor que combinava fios para a produção de tecidos, porém apenas começou a ser utilizadas nas fábricas a partir de 1830 quando o sistema doméstico foi desaparecendo. O número de novas patentes subiu de 39 para 156 entre 1800 a 1820 no ramo da indústria têxtil, e os teares mecânicos na Inglaterra subiram de 2,4 mil para 250 mil entre 1813 a 1850 (HOBSBAWM, 2015). Até 1838, ¼ das indústrias ainda utilizavam como fonte a energia hidráulica, porém a máquina a vapor gerou um grande impulso a indústria têxtil por gerar um trabalho nas máquinas duras e pesadas com mais facilidade e rapidez, além de proporcionar a oportunidade de construção de novas fábricas no interior do país. Cidades como Manchester e Salford possuíam em 1838 três vezes mais máquinas a vapor destinada à produção têxtil que Birmingham, uma das principais cidades da Revolução Industrial. O crescimento da indústria têxtil também foi derivado do aumento das tarifas sobre a importação de tecidos de algodão da Índia com a intenção de proteger a indústria local de lã, incentivando a industrialização dos tecidos de algodão na própria Inglaterra (ASHTON, 1971).

Neste momento a inovação estava no auge, garantindo a expansão da indústria e do mercado favorecendo com isso o crescimento comercial e econômico do país.

Porém a Revolução Industrial Inglesa não foi apenas resultada do algodão e seus derivados, pois logo perdeu seu espaço após quase um século de produção. Apesar disso, o algodão foi importante para ditar o tom da mudança industrial e garantir o desenvolvimento de regiões antes inabitadas, expressando uma

nova forma de sociedade, o capitalismo industrial e as fábricas (HOBBSAWM, 2009)

Inovações revolucionárias ocorreram também na indústria do ferro. O minério de ferro, antes da revolução, era submetido ao calor das fogueiras para molagem, e avançando para novos métodos, como a criação de grandes fornos de metal e posteriormente aço. As fogueiras utilizadas para a elaboração do metal, feitas de carvão vegetal, não era ecologicamente viável devido à tendência de extinção das matas. O carvão mineral era inviável devido a problemas técnicos até sua fundição com o coque (1700), com os processos de *puclagem* (descarbonização) e laminação, proporcionando maior qualidade e rapidez (1780) com a utilização do jato de ar quente (1829) e do martelo a vapor (1839), inovações que reduziram os gastos de combustível e metal, gerando o desenvolvimento da indústria do ferro (MANTOUX, 1988).

Com o desenvolvimento do uso do ferro surgiram máquinas para fabricação de pregos, parafusos, produção de vagões e trilhos melhorando o transporte de carvão e minérios nas minas. Também foi criada na época maquinários responsáveis pela criação de outras máquinas, a primeira ponte de metal (1779), o primeiro barco de ferro (1787) e condutos feitos de metal para o transporte da água (1788). Porém a mais importante utilização do ferro da época foi na máquina a vapor, graças a ela a produção de ferro fundido na Grã-Bretanha passou de 68 mil toneladas em 1788 para 128 mil em 1796 e 250 mil em 1804 (MANTOUX, 1988).

O desenvolvimento da indústria do ferro favoreceu setores como comunicação e transporte a partir do aperfeiçoamento dos trilhos e vagões de trem e pela criação do primeiro barco de ferro que permitia viagens intercontinentais. Porém as mudanças não foram apenas significativas nestes setores, uma vez que foram criadas máquinas abastecidas por carvão em grande maioria, este que teve uma maior exploração graças aos trilhos de ferro.

A máquina a vapor teve seu destaque e desenvolvimento na indústria do ferro sendo utilizada inicialmente para extração de água das minas e elevar a água aos reservatórios, construindo-se, dessa forma, quedas d'águas artificiais e consequentemente gerarem energia hidráulica (MANTOUX, 1988). Foi utilizada principalmente na indústria têxtil, na cunhagem de moedas e a partir de 1844 nas turbinas a vapor, gerando muito mais potência. Sua utilização permitiu a migração das fábricas antes em vales às margens dos rios, favorecendo sua aproximação dos mercados, sendo utilizada nas minas, nas tecelagens, na metalurgia e nos transportes, por exemplo. Tendo como fonte de energia o carvão, a máquina a vapor, possibilitou o aumento de produção e produtividade nas minas e no transporte, gerando dessa forma calor, luz e potência para o transporte e a indústria, principalmente. Deste modo, a produção mundial de carvão passou de 15 milhões de toneladas em 1800 para 132 milhões em 1860 e 701 milhões em 1900 (CIPOLLA, 1977, p. 54).

Na Grã-Bretanha a energia instalada proveniente do vapor era de 10 mil Cavalos-Vapor em 1800, tendo passado a 210 mil em 1815 e 1,29 milhão em 1850 (destes, 0,5 milhão eram fixos e 0,79 milhão eram móveis). Para o mundo, a capacidade das máquinas a vapor era de 1,7 milhão de Cavalos-Vapor em 1840, 4,0 milhões em 1850, 18,5 milhões em 1870 e 66,1 milhões em 1896 (LANDES, 1979).

A máquina a vapor teve um papel importante na Revolução Industrial pois permitiu que o progresso se espalhasse pelo país devido a não necessidade hídr-

ca, facilitando de inúmeras formas o crescimento, principalmente da indústria têxtil.

No livro “Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo”, Hobsbawm (2009) destaca a influência do carvão na criação das estradas de ferro, criada em 1825, devido ao fato de que nas minas era necessária a utilização de carrinhos sobre trilhos de ferro, sendo anteriormente utilizado trilhos de madeira e vagões puxados a cavalo, passando a ser movida a energia a vapor a partir de 1804.

Entre as décadas de 1840 a 1860 a construção de trilhos teve um grande crescimento. Nessas três décadas, sucessivas, houve um crescimento de 20 mil, 42 mil e 62 mil, respectivamente como descrito por Hobsbawm (2009).

Em 1830 foi iniciada a construção de barcos a vapor na Grã-Bretanha, tendo um crescimento de 3 mil toneladas por ano nesta década e de 81 mil toneladas em 1855. No mesmo ano, também foi vendido 810 mil toneladas de barcos a vela, e a sua produção foi superada pelos barcos a vapor apenas na década de 1880 (HOBSBAWM, 2009).

A partir do início da Revolução Industrial até a sua segunda fase (séc. XIX) a taxa de crescimento econômico nos 110 anos foi de uma média anual de 3,6%, enquanto a taxa de crescimento da população foi em média 0,9 ao ano entre 1850 a 1970. Em 1860, cerca de 98% da energia produzida provinha do carvão; em 1900 este total era de 92%; em 1950, de 57%; e em 1960, de 43%, contra 33% proveniente do petróleo. Somente na década de 1970 é que a energia do petróleo superou a proveniente do carvão; sendo, 27% da energia proveio do carvão, 46% do petróleo, 21% do gás natural e apenas 2% de fonte hidroelétrica (CIPOLLA, 1977). Na figura 3 é possível ver o crescimento da produção industrial ocorrida na Grã-Bretanha entre 1800 a 1975 (HOBSBAWM, 2009).

A segunda fase da Revolução Industrial se caracterizou principalmente pela substituição, não total, da energia a vapor do carvão e no ferro pela eletricidade

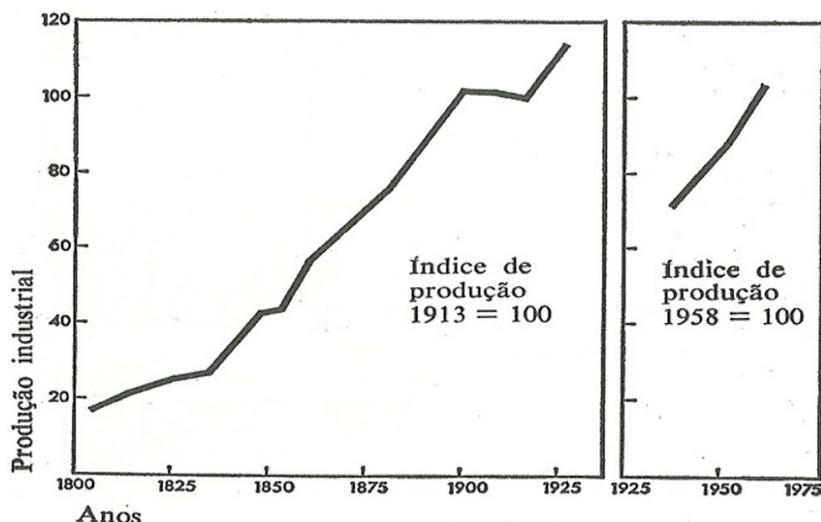


Figura 3 - Produção industrial britânica, 1811-1960

Fonte: Hobsbawm, 2009

e o aço. Os setores que sofreram grandes desenvolvimentos foram o da indústria química, comunicações e a do petróleo. Nesta fase foi notado um destaque na ciência, nos laboratórios de pesquisa, na indústria elétrica e química. O modelo Fordista (produção em massa) surgiu nessa época, apresentando uma padronização e uma administração científica do trabalho bom, sendo automatizado e com esteiras transportadoras. O grande aumento de escala de produção das empresas

através de um processo de concentração e centralização do capital levou a uma economia oligopolizada (HOBSBAWM, 2009). Com a descoberta do aço, a produção na Grã-Bretanha passou de 49 mil em 1850 para 1,44 milhões em 1880 devido as suas condições de suportar altas temperaturas, poupando combustível. (HOBSBAWM, 2009). Na química, por exemplo, as principais descobertas foram na indústria do plástico, farmacêutica, adubos, tinturas, explosivos, papel, cimento, placas fotográficas e fibras artificiais. No campo da energia elétrica teve como vantagem a transmissibilidade e a flexibilidade, permitindo que os motores fossem acoplados aos instrumentos, diminuindo o uso de eixos e correias de transmissão, facilitando o desenvolvimento de pequenas indústrias, enquanto a energia a vapor exigia que os geradores estivessem situados na própria fábrica e consumia muita energia (HOBSBAWM, 2009).

Inicialmente a energia elétrica foi utilizada nas comunicações (telégrafo eletromagnético), porém tendo maior destaque na iluminação e posteriormente nos transportes (trem elétrico), na indústria eletroquímica e na metalurgia (fornos elétricos) (LANDES, 2005).

A grande demanda, diversificada e dispersa, exigiu a produção e distribuição centralizada, com a vantagem da economia de escala (CIPOLLA, 1977). Em 1881 foi criada a primeira central pública de energia na Inglaterra, sendo em 1885 a primeira transmissão de eletricidade por 56 km até Paris e em 1891 até Frankfurt por 179 km (LANDES, 1979). O telégrafo eletromagnético foi o primeiro a utilizar energia elétrica em 1837, e passou a organizar o tráfego de trens como primeira utilização importante. Em 1866 foi criado o primeiro cabo de comunicações ligando a Inglaterra aos Estados Unidos e em 1876 o telefone seguido das ondas de rádio e do telégrafo sem fio em 1895 (LANDES, 1979).

Guglielmo Marconi, criador do primeiro telegrafo sem fio, efetuou em 1895 a primeira transmissão à distância de algumas centenas de metros, utilizando um oscilador de Hertz, uma antena de Popov e um coesor de Branly. Apesar da nacionalidade italiana, apenas apoio na Inglaterra para suas pesquisas que foram tão importantes para o desenvolvimento da comunicação que ganhou o Nobel de Física em 1909 como reconhecimento a contribuição de sua criação.

Em 1850, o químico escocês James Young, desenvolveu a refinação do petróleo, passando a já ter extração de petróleo a 210 metros de profundidade nos EUA em 1859. Em 1860 o motor a gasolina foi patenteado por Lenoir, em 1876 N. Otto criou o motor a quatro tempos, também utilizados em barcos da época, e em 1885 Daimler e Benz criaram o automóvel, construindo o primeiro carro popular em 1894. O petróleo produz duas vezes mais trabalho por unidade de peso e ocupa a metade do espaço que a antiga fonte de energia, o carvão, permitindo uma economia de espaço, mão-de-obra e uma alimentação mecânica e limpa, com controle automático. A produção de barris de petróleo teve um grande crescimento entre 1859 a 1873 passando de 2 mil barris a 11 milhões, onde substituía inicialmente o carvão na marinha e posteriormente, lentamente, nas ferrovias e na indústria. A produção mundial de energia inanimada teve um grande crescimento entre 1860 e 1970 (CIPOLLA, 1977), saindo de 1,1 bilhões para 53,2 bilhões em 110 anos.

4.2 Busca pela maximização do lucro

No âmbito econômico e produtivo, grande parte da produção e do capital recebido era provinda do exterior. O tecido leve é um exemplo do mercado externo que a Revolução Industrial atingiu, cerca de 90% da produção ia para o

exterior, que representava 50% de toda exportação inglesa, que levou a arranca-da industrial da Inglaterra. A matéria-prima, capitais e consumo provinham das colônias, e do tráfico de escravos, é estimado que metade do ouro brasileiro teve como destino o Banco da Inglaterra e serviu de financiamento para estradas, portos e canais. Em 1790 havia aproximadamente 400 bancos na Inglaterra, isto explica as taxas de juros baixa, que incentivaram os empresários a fazerem investimentos no final do século XVIII com a taxa de juros anual de 5% enquanto na China, era de 30% anual. A Inglaterra, dentre vários acordos firmados com outros países, está o Tratado de Methuen (Tratado de panos e vinhos.) de 1703 que garantia taxas preferenciais para os seus produtos no mercado português, passando a receber todos os metais preciosos retirados das colônias portuguesas para pagar a ampla dívida desta (DEANE, 1973).

Neste momento a Inglaterra estava conquistando o mercado mundial tanto com seus produtos industrializados como com sua frota marítima, tendo grande parte da sua produção voltada para exportação que conseqüentemente gerou lucros para a burguesia e o país.

A industrialização ocorreu como consequência do estoque existente de capital, levando a um desenvolvimento do país. Para o professor W. A. Lewis a diferença entre um país subdesenvolvido e um desenvolvido é que o primeiro normalmente poupa 6% de sua renda nacional, enquanto o último poupa 12 ou mais. Walt Whitman Rostow afirmava que a alteração na taxa nacional de investimento de cerca de 5% (final do século XVII) para aproximadamente 10% (final da década 1850) foi uma condição do arranco para o crescimento prolongado (DEANE, 1973).

A urbanização implicou em investimentos na construção de prédios, pavimentação e iluminação das vias de comunicação (rodovias, pontes, navegações fluviais e canais), abastecimento de água e obras sanitárias.

Além do aumento populacional citado no início do capítulo, é estimado que entre 1751 a 1801, o volume do comércio exterior quase triplicou, que a renda nacional real tenha dobrado seu volume e que o nível de investimento provavelmente cresceu apenas 50% para fazer que o estoque de capital acompanhasse o crescimento da força de trabalho. É estimado, a partir dos dados estatísticos disponíveis, que no final do século XVIII o fluxo de investimento tenha crescido mais rapidamente que a taxa nacional (DEANE, 1973).

Phyllis Deane em seu livro “A Revolução Industrial” afirma que entre 1801 e 1831 a população aumentou em mais de 50% e a renda nacional medida a preços constantes mais do que dobrou. As principais mudanças no nível de investimento nacional ocorreram na segunda metade da década de 1830 e terminando no início de 1870, tendo um grande aumento no capital da nação, sendo grande parte dele atribuído às ferrovias (DEANE, 1973).

A expansão da indústria levou a crescimento significativo para a Inglaterra, tornando-a uma potência não apenas comercial, como econômica e bélica. Deve ser destacado a importância que teve a exportação, poupança, nível de investimentos e a taxa de juros para o aumento da renda nacional.

Em 1793, com a Lei de Rose foi consolidada a legislação relacionada com as sociedades de socorros mútuos com a intenção de incentivar hábitos de poupança entre a classe trabalhadora. Em 1801, segundo Eden, havia mais de 7.000 sociedades de socorros mútuos na Inglaterra com mais de 600.000 membros. Em 1804, foi criado o primeiro banco de depósito, o Charitable Bank (em contraposição à sociedade de socorros mútuos ou clube de poupanças que possuía

uma motivação de seguro ou poupança temporária), em 1818 já havia 70 bancos de poupança (ou caixas econômicas) em operação na Inglaterra. Vale lembrar que embora boa parte da população fosse muito pobre para poupar e as rendas médias fossem miseravelmente baixas, havia núcleos consideráveis de riqueza na comunidade (DEANE, 1973).

No âmbito comercial a indústria doméstica era protegida do mercado externo por tarifas elevadas que inviabilizava a importação de produtos como mencionado anteriormente. No mercado externo houve uma grande expansão do comércio internacional com o grande peso do comércio colonial, comércio não só orientado em função da obtenção e distribuição das especiarias, da seda, do algodão, chá, e porcelanas orientais; mas também em função do açúcar, plantas tintureiras e metais preciosos do novo mundo e dos escravos africanos, que serviam de mão-de-obra nas minas e plantações americana. Isto era grande suporte das economias coloniais, cujas relações com as metrópoles, se faziam em regime de exclusividade o que tornava as colônias fonte de matéria prima e um mercado exclusivo para o escoamento de produtos manufaturados, podendo ser considerado que esta expansão tenha sido um fator importante no arranque da Revolução Industrial devido ao seu estímulo na especialização, organização e produção em massa (ASHTON, 1971).

A Revolução Industrial foi um momento de extrema importância econômica não apenas para a Inglaterra como para o mundo, com suas novidades e aperfeiçoamentos no setor de energia, materiais, processos tecnológicos e mercado consumidor, base que juntamente com as mudanças no modo de trabalho e o surgimento dos oligopólios, moldaram a indústria e a civilização dos dias atuais.

5 CAPÍTULO 3 – AS CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS DA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

Condições Gerais de Vida da Classe Operária

Antes de se verem forçadas a mudar para a região urbana e se tornarem mão de obra das incipientes indústrias, a população vivia nos campos ou vilarejos em uma economia de subsistência e respeitando os horários da natureza chegando a passar vários meses na ociosidade. O tempo era contado, medido e organizado em função das tarefas que se deveria realizar, ligando-se aos ritmos natural, como o dia e a noite, o período de chuvas e de secas, o fluxo das marés, as fases da lua, a época de semear e colher etc (ASHTON, 1971).

Anterior as máquinas, o trabalho de fiação e tecelagem era familiar e realizada nos domicílios, onde a mulher e os filhos fiavam enquanto o homem tecia, e quando não o fazia, o fio era vendido. Devido ao excesso de demanda na época, a atividade permitia que todos os trabalhadores se ocupassem, sem uma concorrência ativa, chegando a arrendar terras após uma economia de seus ganhos. Os trabalhadores tinham uma vida tranquila e honesta, apresentando uma situação material bem melhor que a de seus sucessores, os proletários. Os trabalhadores dispunham de tempo para um trabalho sadio, pois ganhava o suficiente para cobrir suas necessidades, além disso, cultivavam seus jardins e campos, participavam junto de seus vizinhos de passatempos como jogos que lhes garantiam uma boa saúde e uma aparência robusta. As crianças dificilmente ajudavam os pais no trabalho, e quando o fazia nunca ultrapassada uma jornada de 8 a 12 horas de trabalho; o trabalho infantil na época era considerado algo normal e era geralmente doméstico junto à mãe ou a avó, logo que aprendiam a andar ficavam responsável de pegar e carregar as coisas (ENGELS, 2010; THOMPSON,

2004).

A população rural pré cercamento vivia de forma humilde, mas saudável, apresentando uma rotina tradicional com trabalho, alimentação farta e de qualidade, lazer e repouso.

Na Inglaterra inicialmente existia um processo de urbanização avançado, com grandes oficinas e uma modesta divisão do trabalho. Com a Lei dos Cercamentos, a população se viu obrigada, sob revolta, a migrar para as regiões urbanas e iniciar seu trabalho nas indústrias dando início a Revolução Industrial, uma revolução que ao mesmo tempo foi grandiosa e silenciosa.

O cercamento gerou um excedente de mão-de-obra nas cidades e uma acumulação de capital necessária para mudanças de infraestruturas como portos, estradas, oficinas e inovações tecnológicas. Inicialmente as taxas de natalidade e mortalidade eram elevadas, principalmente as infantis, geralmente causadas pelas epidemias. Porém os avanços tecnológicos e as mudanças da infraestrutura ajudaram a reduzir a taxa de mortalidade posteriormente, elevando assim a taxa de crescimento populacional (ASHTON, 1971).

A sistematização do processo produtivo deu origem às fábricas, que precisavam de quantidades crescentes de mão-de-obra. Neste momento o antigo trabalhador camponês das manufaturas começou a ser expulsos de seus locais de origem e passaram a migrar às regiões urbano-industrial, servindo de mão-de-obra nos grandes edifícios de até seis pavimentos com imensas chaminés e inúmeros conglomerados de trabalhadores (ENGELS, 2010).

No princípio o modo de vida do trabalhador não sofreu grandes mudanças, porém aos poucos começou a ser submetido a um regime de trabalho assalariado com duras jornadas de trabalho.

No início da manufatura, as crianças tinham como função, principalmente nas pequenas fábricas têxteis, de enrolar bobinas e colocar as máquinas em funcionamento. Ao chegar à casa as meninas se ocupavam em preparar o pão e a cerveja, de realizarem serviços de limpeza e colher os alimentos. Na manufatura o tempo de trabalho não era linear, contínuo e homogêneo, não permitindo que o trabalhador se distraísse em atividades físicas e religiosas (THOMPSON, 2004).

Para a maximização dos lucros da classe burguesa, classe detentora do capital e dos meios de produção, as fábricas eram organizadas seguindo a profunda divisão do trabalho para um maior aproveitamento de sua produtividade e uma menor experiência do trabalhador (ENGLES, 2010)

A burguesia conseguia seu enriquecimento para continuar financiando a industrialização frente ao contínuo empobrecimento dos operários que eram a cada dia mais explorados, sendo tratados de forma desumana e inacreditável.

Em diversas indústrias, os trabalhadores eram proibidos de utilizar relógios durante a atividade. Tinham como alerta do início e final da jornada de trabalho, as badaladas dos sinos, e quando um relógio estava à vista dos trabalhadores, eram adiantados pela manhã e atrasados à tarde (HOBSBAWM, 2009).

Nas fábricas existiam os contramestres e vigilantes que tinham como função manter a atenção dos operários, a regularidade das operações, aplicação de multas (chicotadas e redução no salário) (FOHLEN, 1974). Michel Foucault em “Vigiar e Punir – História da Violência nas Prisões” relata o rigor das fábricas inglesas como é possível ver no trecho abaixo:

“É expressamente proibido durante o trabalho divertir os companheiros com gestos ou de outra maneira, fazer qualquer brincadeira, comer, dormir, contar

histórias e comédias; [e mesmo durante a interrupção para a refeição], não será permitido contar histórias, aventuras ou outras conversações que distraiam os operários de seu trabalho; é expressamente proibido a qualquer operário, e sob qualquer pretexto que seja introduzir vinho na fábrica e beber nas oficinas” (FOUCAULT, 2007, p.129).

Os operários eram constituídos por homens, mulheres e crianças que buscavam a melhoria da qualidade de vida, fato este que nunca chegava graças ao baixo salário, sendo obrigados a trabalhar pela própria subsistência logo que o dia amanhecia e paravam à noite. Devido à ausência inicial de eletricidade e até de luz a gás, durante o inverno trabalhavam 10 horas por dia e mais de 14 horas nas demais estações do ano, sem direito a dia de descanso e tendo poucos minutos destinados ao almoço e jantar (ASHTON, 1971).

A exaustiva jornada de trabalho, as péssimas condições de higiene, alimentação e os movimentos repetitivos em consequência da divisão de trabalho geravam problemas de saúde e até acidentes de trabalho.

Os burgueses viam o operário como instrumentos ou cifras e muitas vezes os obrigavam a fazer as suas compras de alimentos em suas lojas e até a morar em casas alugadas por eles. Com a constante corrida para aumentar os lucros, principalmente a partir da década de 1820, devido à crise de superprodução sucedente ao término das guerras napoleônicas, houve um crescimento na contratação de mulheres e crianças como força de trabalho, esses representavam cerca de $\frac{3}{4}$ do total de operários ingleses na indústria de algodão durante o período 1834-47 (HOBSBAWM, 2009). A contratação de crianças e mulheres para mão de obra era interessante por ser disciplinadas e pacíficas, outra vantagem era que o salário feminino correspondia a $\frac{1}{2}$ do salário masculino, enquanto o infantil era $\frac{1}{4}$ do masculino, mesmo com salários baixos, o trabalho infantil era essencial para a sobrevivência da família. As crianças a partir de nove anos, em 1833 na Factory Act, foram formalizadas no emprego, porém com um limite de jornada de trabalho de 48 horas semanais, já sendo uma vitória comparada a até 16 horas diárias anteriores (ENGELS, 2010).

O desenho da figura 4A demonstra a situação precária que as crianças (sujas e maltrapilhas) se apresentavam durante a jornada de trabalho e suas refeições deficitárias nas fábricas espalhadas na região urbana inglesa.

Os principais trabalhos atribuídos as crianças eram nas minas de carvão devido ao seu pequeno tamanho e agilidade (COGGIOLA, 2010), enquanto nas fábricas têxteis era responsável por desembaraçar a lã, encaixar as cardas das máquinas no arame e atrás dos teares ligando os fios partidos (Figura 4B).

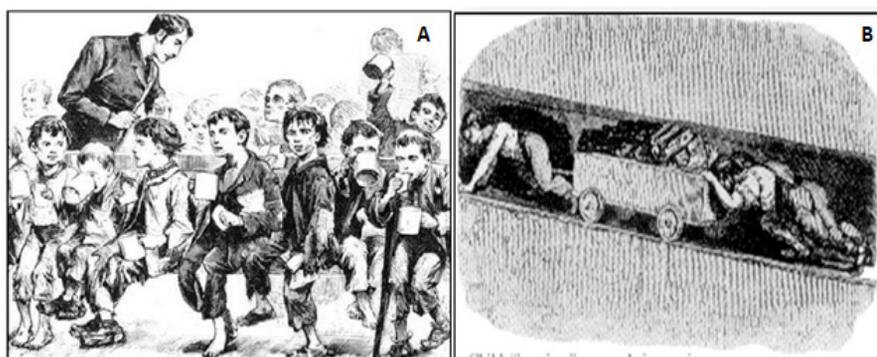


Figura 4 - Crianças trabalhadoras (Drawing of workhouse children) e Mineiros de carvão (coal miners).
Fonte: National Archives Learning Curve (A); Clemson University (B).

Na zona rural eles trabalhavam nas plantações de algodão, chegando a alcançar uma jornada de até 16 horas diárias (FOHLEN, 1974). As crianças eram acordadas e arrastadas para as máquinas sob violência com as roupas ainda de baixo do braço, sendo mantida acordada a base de pauladas e adormecendo no meio das lâs das fábricas após o expediente por não conseguir chegar à casa (ENGELS, 2010).

De acordo com Cody (2011) os ineficazes atos parlamentares para regulamentar o trabalho de crianças em fábricas e fábricas de algodão a 12 horas por dia tinha sido aprovada já em 1802 e 1819. Após uma agitação radical, nomeadamente em 1831, quando “Comitês Short Time”, organizado em grande parte por evangélicos começaram a exigir as 10 horas. Uma comissão real estabelecido pelo governo Whig recomendado em 1833 que as crianças com idade entre 11-18 anos deveriam trabalhar no máximo 12 horas por dia, as crianças entre 9-11 foram autorizados a trabalhar 8 horas por dia, e crianças com menos de 9 não estavam autorizados a trabalhar. Porém este ato foi aplicado apenas para a indústria têxtil, onde as crianças eram colocados para trabalhar com a idade de 5 anos, e não a uma série de outras indústrias e ocupações.

Nas indústrias de ferro e minas de carvão (onde as crianças, mais uma vez, meninos e meninas, começavam a trabalhar aos 5 anos e, geralmente, morriam antes de chegarem os 25 anos), gás produzido em fábricas, estaleiros, construção civil, fábricas de fósforo, e as empresas de limpeza de chaminés, por exemplo (que Blake usaria como um emblema da destruição dos inocentes), onde a exploração do trabalho infantil foi mais extensa, era para ser aplicada em toda a Inglaterra por um total de quatro inspetores. Após uma agitação radical ainda, um outro ato em 1847 limitado adultos e crianças a dez horas de trabalho diário (CODY, 2011).

Em 6 de julho de 1832, o Comitê Parlamentar sobre o trabalho infantil colheu depoimento de Jonathan Downe que contava como eram tratadas as crianças em caso de exaustão:

“Quando eu tinha sete anos fui trabalhar na fábrica do Sr. Marshalls na cidade de Shrewsbury. Se uma criança estava sonolenta, o inspetor tocava no ombro da criança e dizia: ‘Venha aqui’. Em um canto do quarto havia uma cisterna cheia de água. Ele levantava o menino pelas pernas e o imergia na cisterna. Depois do banho, ele mandava a criança de volta para o trabalho.”

Apesar de existir registros anteriores a Revolução Industrial de trabalho infantil, foi neste período que as crianças sofreram sua maior exploração, sendo obrigadas a lutar desde cedo em lavouras, minas e indústrias por horas exaustivas e de forma desumana pelo seu sustento. As crianças que apresentavam baixa expectativa de vida, devido as deformações precoces decorrentes do excesso de trabalho e dos maus tratos em seus corpos ainda em formação, chamaram atenção das autoridades que criaram leis que pelo menos na teoria as protegiam, sendo permitido o trabalho apenas aos maiores de 9 anos.

Grandes partes das mulheres trabalhavam para a burguesia em serviços domésticos, e quando trabalhavam nas fábricas têxteis era na fiação, tecelagem e operando grandes máquinas, também eram operárias da indústria do vidro e nas minas. Algumas se viam forçadas a se prostituir em troca de favores dos patrões e capatazes. Quando grávidas eram forçadas a trabalhar até quase o momento do parto e voltavam a sua rotina no máximo em duas semanas (tendo relatos de

retorno em três dias), pelo pavor do desemprego, sendo comum até partos na própria fabricas entre as máquinas (ENGELS, 2010). O jornal Ashton Chronicle em 19 de maio de 1849 entrevistou o jovem John Birley em que relatava um pouco da rotina operária:

“Nosso turno era das cinco da manhã até nove ou dez da noite; e, no sábado, até as onze e, frequentemente, até as doze horas da noite. E ainda nos faziam vir no domingo para limpar a maquinaria. Não havia tempo para o café-da-manhã, não se podia sentar durante o jantar e não nos davam nenhum tempo para tomar chá. Nós chegávamos à fábrica às cinco da manhã e trabalhávamos até aproximadamente as oito ou nove horas, quando nos traziam o nosso café-da-manhã, que consistia em mingau de aveia com bolo e cebolas para dar mais sabor à comida. O jantar consistia em bolo de aveia e leite (...) nós bebíamos o leite e com o bolo em nossa mão voltávamos a trabalhar, sem sentar” (The National Archives Learning Curve).

Em 1833 no relatório *Factories Inquiry Commission*, Comissão Central, é possível constatar como os senhores se comportavam antes de serem fiscalizados. Os donos das fábricas raramente empregavam crianças de cinco anos, mas sim a partir de sete anos para jornadas de trabalho de 14 a 16 horas (não incluindo os horários de refeição) e sendo permitidos maus tratos por parte dos vigilantes. Também na Comissão, foi relatado que os capitalistas respeitavam apenas os limites das máquinas, e não do ser humano. Algumas fábricas trabalhavam 24 horas por dia, tendo dois turnos, cada um de 12 horas, estes meios foram um estímulo ao crescimento do número do alcoolismo e da desregração sexual, chegando a pouco tempo a dobrar o número de filhos ilegítimos, corrupção e problemas disciplinares. Outro fato relatado da vida industrial são as duras jornadas de trabalho, apresentando operários que trabalhavam de 30 a 40 horas a fio durante várias vezes por semana, e sendo apenas substituídos em caso de completo estafó.

A expectativa de vida da classe operária era de 41 anos na época, tendo como motivo o baixo índice as péssimas condições de trabalho e de vida. As principais moléstias que atacavam os trabalhadores eram as deformidades físicas causadas pela extensiva jornada de trabalho e desnutrição, deformidades estas na parte inferior do fêmur (hipertrofiada), escoliose da coluna vertebral, joelhos torcidos para dentro, tendões do tornozelo relaxados e distendidos. Em Pendleton na fábrica de Douglas, segundo Engels (2010) em “A situação da classe trabalhadora na Inglaterra”, era comum ver operários mutilados, com os joelhos virados para dentro ou para trás, com os pés voltados para dentro e chatos, articulações deformadas e grossas, e desvio na coluna. Os operários estavam tão mutilados que muitas vezes não conseguiam subir uma escada devida suas deformidades no quadril e coluna, as deformações na bacia dificultavam o parto e levando a muitos abortos ou a própria morte da gestante. As principais influências danosas ao operário eram: manter o ritmo de operação das máquinas; permanência por longo período em posição ereta; privação do sono; péssimas condições de trabalhos (locais com tetos baixos, insalubres, poeirentos, úmidos, quentes e insistente sudorese). Também eram comuns relatos de escrofulose (origem tuberculosa, se manifesta pela formação de tumores duros e dolorosos principalmente no queixo, pescoço, axilas e virilhas, com abscessos podem abrir e libertar uma secreção amarela ou incolor), doenças pulmonares (escarros de sangue, respiração

ofegante e sibilante, dores no peito, tosse, insônia, asma e tuberculose), afecções mesentéricas e má digestão. Por fim também era comum o esmagamento de dedos, mãos e até o braço inteiro, assim como os pés e pernas, pelas máquinas, resultando geralmente no tétano e levando a morte. Engels (2010) em sua obra relata o caso de um garoto em Saddleworth que morreu esmagado ao ser apanhado por uma roda dentada e uma jovem de Oldham que ao ser apanhada por uma correia, morreu ao girar 50 vezes em uma roda.

Outro fato sobre a difícil vida dos operários foram epidemias que tiveram como catalisadores a extrema pobreza, péssima alimentação, grande concentração populacional e ausência inicial de infraestrutura pública nos bairros operários. As principais doenças epidêmicas e não-epidêmicas foram tuberculose, inflamação dos pulmões, convulsões, escarlatina, sarampo, varíola, coqueluche, leptospirose e tifo, também causavam doenças generalizadas os detritos industriais tóxicos que levavam junto com as demais doenças a um crescimento na taxa de mortalidade (THOMPSON, 2004).

As doenças e acidentes de trabalho faziam parte da rotina do trabalhador da época, que mesmo impossibilitados de trabalhar, eram obrigados a ir sob risco de serem demitidos e perder o sustento da família.

Segundo o Relatório Oficial Geral de Registros é possível verificar uma alta taxa de mortalidade, principalmente na faixa etária infantil. Em Sheffield (1839) registrou-se que a cada 1.000 crianças, 250 morriam neste período, e até os cinco anos a proporção subia de 506 em 1.000, chegando a 517 em Manchester (THOMPSON, 1987). Grande parte das crianças sobreviventes apresentava predisposições a doenças ou atraso no desenvolvimento físico ou mental comparado as demais crianças em condições normais (ENGELS, 2010).

Na segunda metade do século XVIII houve um grande crescimento demográfico como foi mencionado anteriormente. Entre 1740 a 1830 houve uma ligeira redução na taxa de natalidade indo de 37,7 para 36,6, tendo um aumento constante durante a Revolução Industrial. Porém o aumento demográfico não se sucedeu pelo crescimento da taxa de natalidade como o esperado, mas sim da redução da taxa de mortalidade, que foi de 35,8 em 1740 para 21,1 em 1830, devido a mudanças nas condições de vida como a introdução da colheita de tubérculos possibilitando a alimentação de mais gados no inverno, facilitando o fornecimento de carne fresca todo o ano; a substituição de cereais inferiores pelo trigo e o aumento do consumo melhoraram a resistência dos indivíduos à doenças; o aumento da limpeza pessoal, ligada ao uso mais frequente do sabão e redução do preço de roupas íntimas de algodão, diminuindo o risco de infecção; a substituição das paredes de madeira por de tijolos, e de colmo nos telhados por pedra ou ardósia, reduzindo o número de epidemias; o afastamento de habitações operárias de muitas atividades manufatureiras nocivas trouxe um maior conforto doméstico; a pavimentação e criação de redes de esgoto e água; o desenvolvimento da medicina e da cirurgia; o aumento de hospitais e dispensários (setor de fornecimento de medicamentos industrializados, privativo de Pequena Unidade Hospitalar ou equivalente); Maior distribuição dos lixos; Conveniente enterro dos mortos; Redução no abuso de bebidas alcoólicas como o gim. (ASHTON, 1971).

O aumento demográfico também teve como responsável a migração principalmente irlandesa entre 1845 a 1850 levando sua mão de obra vigorosa e não especializada para as fábricas inglesas. Chegavam aproximadamente 50 mil

trabalhadores irlandeses por ano ao território inglês, compreendendo de 1/5 a 1/4 da população das cidades. A imigração irlandesa não era bem-vista pelos ingleses, sendo considerada a classe mais baixa da população, por estarem passando por uma época de desempregos e baixos salários causados pela excessiva demanda de mão-de-obra. Um grande incômodo causado pela imigração irlandesa era, segundo os ingleses, seu jeito brutal, o desvio para o álcool, junto com costumes grosseiros e selvagens, violência, hipocrisia, e sem nenhum estímulo para inclinar-se à cultura ou a moralidade inglesa, passando a ser considerado um verdadeiro fermento de degradação e desordem, sendo o pior mal a se combater. Outro responsável pela imigração e pelo financiamento de muitas fábricas foram os escoceses que tinham uma grande veia empreendedora (ASHTON, 1971; ENGELS, 2010).

A presença dos irlandeses em sua sociedade inglesa, mesmo que mal-vista, foi fundamental para o rápido desenvolvimento da indústria britânica, devido a sua mão de obra vigorosa e salários irrisórios.

As terríveis condições de vida do operário não se restringiam apenas a vida nas fábricas, elas adentravam as humildes residências dos trabalhadores que viviam em miseráveis vielas escondidas em cortiços de um ou dois andares feitos de tijolos e com porões habitados. Segundo Engels (2010), as ruas geralmente não eram pavimentadas, eram verdadeiros varais com roupas para secar, sem tratamento de esgoto ou calçadas e sujas com detritos animais e humanos tendo um cheiro insuportável. Outro relato são os muros destruídos, a ausência de vidros nas janelas e as portas feitas de plantas. As residências eram escuras, úmidas, com muros quebrados, apertadas e chegando até ser em porões, com a inexistência de móveis e quando existente, usavam caixas de madeira como mesa e/ou cadeira, e penas, palha ou retalhos como cama e cobertor.

Segundo o “Journal of the Statistical Society”, em Westminster, em 1840, 5.366 famílias de operários, totalizando 26.830 indivíduos misturados de ambos os sexos e idades diversificadas, em 5.294 “habitações”, sendo que $\frac{3}{4}$ possuíam apenas um cômodo com aproximadamente de 3 a 4 metros quadrados e até 10 pessoas residindo. Aproximadamente 50 mil pessoas em Londres iam ao trabalho toda manhã sem saber onde dormiriam na próxima noite, caso tivessem 1 ou 2 pences (Plural de Penny que é o nome da moeda de centavos) poderiam se dirigir a um albergue noturno. Nos albergues em cada quarto tinha geralmente seis camas ou quantas coubessem no aposento em que se empilhavam mais de 4 pessoas por cama. As pessoas que não tinham condições de pagar dormiam em asilos ou mesmo nas ruas, nas esquinas e em bancos dos jardins sob a janela da rainha Vitória.

Para Sfeir-Younis (2010) a Revolução Industrial criou grandes desigualdades, resultou em favelas sem serviços básicos (água, saneamento), e não conseguiu apresentar a aplicação da lei para proteger os cidadãos. Além disso, houve falta de moradia, de baixa qualidade da educação, entrincheiramento e fragmentada estruturas sociais, o aumento da poluição, o mau uso do solo comum, a migração desordenada para as cidades, etc. A Figura 7 retrata a população nas ruas, sem ofertas de abrigos e ao relento, após infindáveis horas de labutas



Figura 7- População nas ruas inglesas muitos sem moradia fixa

Fonte: Sfeir-Younis, 2010

Em 12 de outubro de 1843 o jornal Times publicou uma matéria sobre a situação da população que dormia nos jardins dos arredores do palácio de Bayswater, região em que era presente a riqueza, a alegria e a elegância, demonstrando seu repúdio por tal situação como pode ser visto no trecho abaixo:

“É uma situação verdadeiramente monstruosa. O máximo prazer proporcionado pela saúde física, à atividade intelectual, as mais inocentes alegrias dos sentidos lado a lado com a miséria mais cruel! A riqueza que, do alto de seus salões luxuosos, gargalha indiferente diante das obscuras feridas da indigência. A alegria que inconsciente, mas cruelmente, zomba do sofrimento que geme ali embaixo! Todos os contrastes em luta, tudo em oposição, exceto o vício que conduz a tentação e aqueles que se deixam tentar...” (ENGELS, 2010, p.76).

Os operários, indiferente de sexo ou idade, possuíam na grande maioria, apenas a própria roupa do corpo, quando não eram tão humildes que se vestiam de trapos e farrapos, sendo poucos que tinham condições de comprar sapatos. Engels (2010) relata em seu livro caso de famílias que tiveram até que penhorar os próprios cobertores ou qualquer coisa que ainda tivesse em casa por alimentos. Os bebês recém-nascidos eram levados as fábricas e colocados sobre cuidado de outras crianças ou idosos, sendo utilizado narcótico para controlar o choro e chupetas feitas de trapos.

A classe operária recebia os salários no final do dia de sábado, faziam suas compras depois dos burgueses, conseguindo ter acesso apenas a legumes murchos, queijos velhos, manteiga rançosa e carne estragada que frequentemente pertencia a animais doentes, não sendo, em grande maioria, comestíveis na manhã seguinte. Os produtos comercializados além de uma péssima qualidade sofriam mudanças, como o café que era moído com chicória (plantas arbustivas perenes, com tubérculos em forma de cenoura), os sabonetes e arroz misturados com o açúcar e o tabaco e cacau misturados com terra para terem um maior volume. Com medo de adoecer com esse tipo de alimentos adulterados, muitos trabalhadores optavam pela caça no pouco tempo livre como forma de subsistência (THOMPSON, 2004). As famílias com maior número de operários e com

renda superior, podiam se alimentar praticamente todos os dias com bacon e queijo no jantar, enquanto os mais humildes apenas tinham condições de comer carne estragada aos domingos, se alimentando nos demais dias de sopas ralas e pão; os mais pobres ainda não tinham carne em nenhum dia da semana, tendo como únicos alimentos pães, queijos mofados e farinha. Os irlandeses viviam a margem da sociedade e quando tinham algo para comer, era apenas sopa. Quando os alimentos dos operários terminavam antes do final da semana, fato comum era improvisado chás diluídos, cafés feitos com a reutilização da borra de dias anteriores, cascas de batata e vegetais cozidos (ENGELS, 2010).

A classe trabalhadora vivia no limite da subsistência sendo obrigados a trabalhar dia após dia para garantir a alimentação e a moradia.

Em relato, Alexis de Tocqueville (2000) descreveu com propriedade o que foi a Revolução Industrial pela visão econômica e social ao descrever a cidade de Manchester no *Journeys to England and Ireland* do trecho abaixo: “Desta vala imunda a maior corrente da indústria humana flui para fertilizar o mundo todo. Deste esgoto imundo jorra o ouro puro. Aqui a humanidade atinge o seu mais completo desenvolvimento e sua maior brutalidade, aqui a civilização faz milagres e o homem civilizado torna-se quase um selvagem” (*Journeys to England and Ireland*, ed. Mayer, 1958, p. 107-8).

6 CAPÍTULO 4 – A POLÍTICA E O MOVIMENTO TRABALHADOR NA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

A classe operária era submetida a condições degradantes em virtude da busca pela maximização dos lucros desejada pelos capitalistas, gerando desemprego e do pauperismo, que levaram ao surgimento de leis e organizações não governamentais que buscavam uma “melhor qualidade de vida a população”. Inicialmente, em 1662 foi criada a Lei do Assentamento (*Law of Settlement*), reformulada entre 1722 e 1782, quando foram implementadas as *workhouses* para receber os pobres que necessitassem de auxílio. Neste tipo de organização as pessoas eram obrigadas a trabalhar independente de sexo ou idade, sendo sujeitas a reclusão em sala escura, a redução da alimentação e a proibição de deixar a casa, caso deixassem de cumprir uma das rígidas regras existente e levou a uma elevação significativa dos impostos destinados a sustentar a assistência à pobreza, sendo revisto em 1834. Após a revogação do sistema *Speenhamland* devido o princípio que o trabalhador deveria ser mantido sempre em piores condições que o trabalhador mais mal remunerado, surgiu a Nova Lei dos Pobres (1834)³, apelidadas de “Bastilha dos pobres”, que tinha como finalidade reduzir o custo do Estado no cuidado dos pobres, tirar os mendigos das ruas e incentivar as pessoas pobres a utilizar a sua força de trabalho para se sustentar. Com Lei dos Pobres, os auxílios seriam fornecidos apenas aos trabalhadores das *workhouse*, sendo posteriormente aceita a admissão apenas de família e órfãos, separando homens, mulheres e crianças maiores de três anos, todos usando vestimentas de presos. Eram distinguidos quatro tipos de pobre: os idosos e efetivamente incapazes, as crianças, as mulheres fisicamente aptas e os homens fisicamente aptos. As crianças órfãs e filhos de indigentes eram entregues sob contrato as fábricas e viraram meras mercadorias aos olhos dos negociantes e eram vendidas em lotes para outras fábricas, vivendo presas no trabalho por muitos anos (COGGIOLA, 2010; TOCQUEVILLE, 2000).

Os principais trabalhadores que sofreram com as medidas repressivas, previstas na Nova Lei dos Pobres, foram os tecelões de algodão que tiveram seu

³Anteriormente, em 19 de dezembro de 1601, foi promulgada a primeira Lei dos Pobres pela Rainha Isabel I que assentava em quatro princípios: a) a obrigação do socorro aos necessitados; b) a assistência pelo trabalho; c) a taxa cobrada para o socorro aos pobres (*poor tax*); d) a responsabilidade das paróquias pela assistência de socorros e de trabalho.

espaço reduzido pela metade em 20 anos, de 240 mil em 1820, e 123 mil, em 1840 (THOMPSON, 2004).

O sistema Speenhamland e as Workhouses eram alternativas que o governo e a burguesia encontraram para aumentar ainda mais sua renda perante a humilhação e exploração do trabalhador, julgando-os vagabundos perante uma sociedade com excesso de desempregados devido à quantidade pequena de ofertas de trabalho em comparação a toda população que foi expulsa de seus lares e obrigadas a migrar para a zona urbana durante os cercamentos.

Foi durante o período do sistema Speenhamland que Thomas Robert Malthus (1776- 1834) escreveu seu primeiro e segundo ensaio. Um ensaio sobre o princípio da população na medida em que afeta o melhoramento do futuro da sociedade, com notas sobre as especulações de Mr. Godwin, M. Condorcet e outros escritores (1798), e um ensaio sobre o princípio da população ou uma visão de seus efeitos passados e presentes na felicidade humana, com uma investigação das nossas expectativas quanto à remoção ou mitigação futura dos males que ocasiona (1803), respectivamente. Em seus ensaios, Malthus disse que os males sofridos pela população não eram de inteiro culpa das instituições, e que alguns eram de origem natural, tornando as instituições ineficazes. No segundo ensaio Malthus fala sobre a importância de controles positivos ao crescimento populacional e que o comportamento demográfico estaria sujeito a variáveis psicológicas mais do que a fisiológicas, os objetivos eram despertar o interesse de um padrão de vida mais elevado para os pobres, levando a mudar seu comportamento reprodutivo. Um melhoramento da sociedade dependeria conseqüentemente do balanceamento da população e dos meios de subsistência, sendo necessário viverem no limite da subsistência até alcançarem conhecimento para não terem mais filhos em busca de uma melhor qualidade de vida.

Os ensaios malthusianos originais levaram a uma errônea interpretação de muitos leitores, que passaram a segui-lo de forma mais dura, principalmente após suas edições posteriores desses ensaios. Adam Smith serviu de argumento central para os ensaios, como pode ser visto no trecho abaixo do livro “A Riqueza das Nações”:

Todas as espécies animais se multiplicam naturalmente em proporção dos seus meios de subsistência e não podem, em caso algum, multiplicar-se para além deles. Mas, numa sociedade civilizada, é somente entre as classes inferiores do povo que a escassez dos meios de subsistência pode impor limites à multiplicação da espécie humana, e só pode consegui-lo pela destruição de uma grande parte das crianças a que seus casamentos fecundos dão origem.

As principais reservas de Malthus (1996) eram em relação à reprodução da população e a possibilidade de crise de superprodução na sociedade contemporânea, sendo contra os muitos costumes dos operários, principalmente referente à bebida, se tornando mais a favor de um controle rígido da classe do que um auxílio. Ao considerar inútil uma política de bem-estar social, era contra uma distribuição de renda para os trabalhadores “amorais” que gastariam com “futilidades, vícios e orgias” e um aumento na renda levaria a um aumento no consumo e conseqüentemente a um aumento no preço dos alimentos e posteriormente a fome, portanto um benefício aos pobres seria um mal para toda a sociedade (MALTHUS, 1996; SMITH; DAVID; MALTHUS, 1985).

Não levou em conta que ao contrário de hoje, a assistência social fornecida aos pobres era resultado de condições de trabalho desumanas e uma produção

abaixo do preço de mercado, e não de um auxílio dado gratuitamente.

Malthus ignorou o fato de que os trabalhadores que recebiam “auxílio” das Speenhamland e as Workhouses trabalhavam mais e em piores condições que seus colegas de fábricas tradicionais, e geravam lucros para estas organizações, portanto esta assistência social fornecida aos pobres era resultado de condições de trabalho desumanas e produção abaixo do preço de mercado, e não de um auxílio dado gratuitamente. Outro fato também apresentado foi julgar trabalhadores que depois de 16 horas diárias de exaustivo trabalho, desejassem um pouco de lazer e diversão. Malthus julgou mais moral a burguesia que enriqueceu perante o suor e miséria do trabalhador do que ele próprio.

Karl Marx por sua vez, dividiu a sociedade em dois pólos que viviam uma constante luta de classes, a burguesia e proletariado, sendo esta, vítima da exploração burguesa por séculos. A burguesia opressora teria destruído as relações feudais, patriarcais e harmonia, ignorar sua opressão levaria a uma eterna submissão. Portanto é necessária a união dos inúmeros trabalhadores pela luta de seus direitos, destruindo o capitalismo e levando a sociedade para o socialismo, acabando com o domínio burguês e instaurando uma ditadura proletária. No marxismo-leninismo que surgiu com o rompimento político com o economicismo da social-democracia européia no começo do século XX, Stalin (1979 *apud* COGGIOLA, 2010).

A burguesia era responsável pelo despertar de novas necessidades, concentrando a propriedade em poucas mãos, centralização política e criou dependências constantes. Portanto, Marx defendia uma postura mais radical, sendo a favor da união dos trabalhadores para lutarem pela abolição do Estado e contra a burguesia, apelando até a violência caso seja necessário (MARX; ENGELS, 2009; MARX, 2010).

Ao contrário de Malthus, Marx apesar de algumas idéias radicais, defendeu a igualdade das classes e o fim da exploração do trabalhador.

A Revolução Industrial foi uma era em que a sociedade capitalista se viu seduzida pelas chances de conseguir grandes lucros imediatos, passando a investir valores significativos na industrialização de suas fábricas, o que resultou em alguns impactos negativos como os apresentados no livro *A História da Riqueza do Homem*, em que Leo Huberman faz referência a frase dita por Gaskell “Mais de um milhão de seres humanos estão realmente morrendo de fome, e esse número aumenta constantemente [...] É uma nova era na história que um comércio ativo e próspero seja índice não de melhoramento da situação das classes trabalhadoras, mas sim de sua pobreza e degradação: é a era a que chegou a Grã-Bretanha” (HUBERMAN, 1986 *apud* COGGIOLA, 2010).

Os numerosos operários precisavam se manter unidos para garantir a força e antes dos sindicatos, existiam as *trade unions* (presente desde 1720 na Inglaterra) que apesar de sua evolução lenta em suas reivindicações, tinham como objetivo proteger os operários da opressão burguesa e principal instrumento as greves. Suas finalidades eram fixar os salários através de negociações em massa e pedindo uma participação nos lucros, também defendiam a idéia de que os operários deveriam recusar os empregos oferecidos em que o industrial não respeitasse as estas exigências (ENGLES, 2010)

A partir de 1720, a organização de uniões conseguiu aumentos salariais através de petições ao Parlamento Inglês, como também relatado Georges Lefranc: “As primeiras associações permanentes de assalariados precedem em meio século o sistema manufatureiro e se localizam em ofícios onde o trabalho manual-

artesanal predomina: o sindicalismo não é filho direto do maquinismo. O fator determinante não é a transformação técnica, mas o divórcio entre o trabalho e a propriedade dos meios de produção. Onde esse divórcio se consuma, nasce o sindicato (surge do francês - *syndic* - que significa “representante de uma determinada comunidade). É mais para defender uma situação privilegiada, do que para melhorar uma situação ruim, que se formam os primeiros sindicatos. Seus objetivos são conservadores, não revolucionários. Pedem a manutenção da situação tradicional, contra os patrões seduzidos pelas novas teorias de liberdade econômica” (LEFRANC, 1972 *apud* COGGIOLA, 2010).

Porém a luta da classe operária começou antes mesmo do nascimento de Marx (5 de maio de 1818), tendo relatos em 1724 de revoltas em Paris em decorrência de uma redução injustificada dos salários. Na Inglaterra, por sua vez, o movimento era de caráter democrático radical, que buscavam direitos políticos iguais para todos. Um dos líderes de massa foi John Wilkes, um jornalista e político radical inglês que se notabilizou pela defesa do direito dos eleitores, que foi preso inúmeras vezes e conseguiu juntar uma multidão em 10 de maio de 1768 exigindo sua liberdade, e gerando posteriormente uma greve em Londres e nos condados vizinhos. Em 1774 o movimento organizado por Wilkes conquistou 12 cadeiras no parlamento. Em 1776 John Cartwright, um político reformista, escreveu o *Take Your Choice* (Faça sua escolha) que serviu de inspiração aos movimentos populares dos próximos 75 anos (ENGLES, 2010)

As constantes revoltas dos operários levaram a sociedade, principalmente burguesa a adotar uma postura mais conservadora e conseqüentemente a não participar do liberalismo defendido pela Revolução Francesa (THOMPSON, 2004). Ao contrário de outros países em que uma Revolução Industrial caminharia junto de um desenvolvimento social e educacional, a Inglaterra conforme se desenvolvia a indústria e suas técnicas, se reduzia as condições de vida junto com os direitos sociais e políticos (THOMPSON, 2004).

A Revolução Ludditas (originado do lendário Ned Ludd para desnortear os agentes da repressão) que esteve no auge nos anos de 1811 e 1812, porém tendo registros desde 1768, explodiu diante a insensibilidade dos industriais e do governo. Os ludditas tinham como objetivo principal destruir máquinas e evitar instalação, mandando cartas de ameaças aos patrões e provocando incêndios. Este movimento tinha tanta força que o parlamento decidiu punir a partir de 1769 a pena de morte qualquer destruidor de máquinas, mesmo assim o auge da Revolução veio em seguida como já mencionado anteriormente (TOCQUEVILLE, 2000).

Em fevereiro de 1811 até Lord Byron defendeu os ludditas diante de todo o parlamento logo que o governo se propôs a enviar os quebradores de máquinas para serem enforcados, com um discurso apaixonado e sarcástico: “Não existem já bastantes coalhos de sangue em vossos códigos, para que ainda queirais mais até que os céus gritem e clamem contra vós? São esses os remédios com os quais quereis curar um povo faminto e desesperado?” (COGGIOLA, 2010).

Em 1799, a Inglaterra proibiu qualquer tipo de organização operária com a criação da *Combination Acts*. Em 16 de junho de 1836, foi constituída a *London Working's Men Association*, uma associação fundada por uma minoria de artesões londrinos que expandiu nacionalmente em um ano graças à petição ao Parlamento pela reforma política (DECCA; MENEGUELLO, 1999).

As leis anti-sindicais foram promulgadas em plena Revolução Industrial, mas foram derrotadas pelas greves e lutas operárias em 1825 com a revogação dos

Combination Acts, sendo formado em 1830 o primeiro sindicato dos operários da construção, e em 1834 a primeira central de trabalhadores, conquistando a redução da jornada de trabalho para dez horas em toda a Inglaterra em 1847 (DECCA; MENEGUELLO, 1999). Sendo considerada a “primeira vitória da economia política da classe operária” segundo Marx.

Além do luddismo, outro movimento político ocorrido na época foi o cartismo (criado por pequeno grupo de artesãos londrinos em 16 de junho de 1836 através da Associação Geral dos Operários de Londres) que buscava garantir uma constituição democrática e uma igualdade social. O principal objetivo do movimento Cartista era a aprovação junto ao parlamento da Carta do Povo (People’s Charter), que foi escrita por William Lovett e Feargus O’Connor e enviada em 1837, porém só obteve reconhecimento nacional em 1838. Abaixo é possível ver a imagem original da Carta do Povo redigida na época, postada pela Universidade de Paris (2003) (Figura 8) e traduzida pela Universidade Federal Fluminense (2009).



Figura 8 - Carta do Povo do movimento cartista em 1837.

Fonte: Université Paris, 2003.

A principal estratégia dos cartistas era coletar assinaturas dos trabalhadores em oficinas, nas fábricas e em reuniões públicas, as enviando posteriormente junto com petições à Câmara dos Comuns. As reivindicações dos cartistas foram constantemente negadas pelo parlamento e indo na contramão de suas propostas apresentadas, como exemplo se tem petições assinadas por 1,2 milhão de trabalhadores em 1839, além de inúmeras passeatas nas principais cidades inglesas, e em 1842 com 3 milhões de assinaturas. O ano de 1842 foi marcado por greves organizadas pelos sindicatos e pelos cartistas através de jornais lidos pelos trabalhadores, a principal causa das revoltas era a redução dos salários sofrida pelos mineiros, fabricantes de pregos e tecelões, chegando a reunir entre 10 e 20 mil pessoas na cidade de Dudley, no caso lutando por uma redução na carga horária, carregando faixas escritas “nove horas de trabalho por dia”. Mesmo com a resistência burguesa, o cartismo persistiu por muito tempo demonstrando a dificuldade do cotidiano do trabalhador. Na cidade de Londres (1848), 5 milhões de assinaturas foram colhidas e manifestos foram organizados a favor da petição, porém as ruas foram tomadas por policiais que o impediram, este era o começo do fim de suas lutas (COGGIOLA, 2010).

O cartismo se extinguiu por volta de 1848, mas foi uma fase importante do

aprendizado, conscientização política dos trabalhadores e exemplo de movimento operário e popular, tanto para ingleses quanto europeus. Demonstrou que a miséria vivida pelo operário não era causada pela máquina ou da mesquinhez pessoal dos empresários, mas sim da própria estrutura do sistema capitalista, sendo influente para o surgimento do comunismo operário.

Outros movimentos anteriores aos luddistas e cartistas, porém com uma menor expressão, foi *levellers* (igualitários ou niveladores) que apresentavam ideias democráticas sendo contra todos os privilégios e proclamando a terra como uma herança natural dos homens seguida pelos *diggers*. Os *diggers* foram um movimento de trabalhadores rurais pobres, que desejavam substituir a ordem feudal, por uma sociedade socialista, agrária e cristã anticlerical (HOBSBAWM, 2009).

O socialismo representa todos que acreditam em uma sociedade de homens livres e iguais. Os primeiros socialistas foram considerados utópicos e se situavam principalmente na Inglaterra e na França, que entre 1815 e 1848 passou a se ter referência da “classe trabalhadora” levando a uma solidariedade nacional da classe. Na Inglaterra a palavra passou a ser vastamente aplicada em 1820, tendo como principal líder dos movimentos Robert Owen, que experimentou com sucesso suas idéias em algumas fábricas, como exemplo a maior fábrica de fiação de algodão do sul da Escócia, New Lanark. Os trabalhadores da região eram imorais e viciados, vivendo em situação deplorável com homens, mulheres e crianças com idade aproximada de cinco anos assumindo cargas horárias de 14 horas sem nenhuma higiene até Owen assumir a presidência e tomar algumas medidas como a construção de casas melhores aos trabalhadores, limpeza das ruas e fábrica, construção de escolas tendo aulas até de música e dança; construção na fábrica de armazém com mercadorias a preço de custo, redução da jornada de trabalho para 10 horas por dia, proibição da contratação de crianças menores de 10 anos, proibição de agressão aos trabalhadores, principalmente as crianças, hortas comunitárias e a implementação de uma avaliação de desempenho.

Com este experimento Owen provou que um toque humanista motiva os trabalhadores, refletindo em uma melhor qualidade de vida, de produção e um aumento no lucro para seus sócios graças ao tratamento diferenciado dado a seus trabalhadores. Na comunidade de New Lanark viviam 2.500 pessoas, sendo 500 crianças, atraindo olhares do mundo inteiro que iam até visitar esta diferente sociedade. Infelizmente, ao contrário do que acreditava inicialmente, a idéia não se espalhou pelo resto da Grã-Bretanha devido à burguesia avarenta de “mente fechada” como Owen se referia. Este, desiludido com Grã-Bretanha, mudou-se para os EUA onde comprou um terreno em Indiana, criando a New Harmony que além de seguir o caminho de sua antecessora, também lutava pelos direitos iguais das mulheres. Outras 15 comunidades como Port Sunlight, Saltaire e Bournville também foram criadas nos EUA por Owen seguindo os moldes de New Lanark. New Harmony foi fechada após fraudes de um de seus sócios, embora não possa ser considerado um sucesso, as vilas foram exemplo de um caminho para a reforma trabalhista ao redor do mundo (DECCA; MENEGUELLO, 1999).

Karl Marx, Engles, John Wilkes, John Cartwright, William Lovett e Feargus O'Connor e outros foram fundamentais na luta da classe trabalhadora por seus direitos, muitos nem fazendo parte dela, mas reconheciam sua luta contra a burguesia avarenta. Muitas vezes calados ou ignorados, esses idealistas fizeram o

máximo que lhes foi permitido, porém o menos do que sua ideologia e a classe trabalhadora desejava, graças à repressão de uma classe ignorante, a burguesia.

7 CONSIDERAÇÕES

No início do século XVIII, a população inglesa em maioria habitava os campos vivendo do artesanato e da subsistência. Com a Lei dos Cercamentos a população foi obrigada a deixar seus lares de forma brutal através da violência e obrigada a migrar para a cidade em busca de uma ocupação remunerada para subsistência de suas famílias.

A concentração de terras nas mãos de grandes e instruídos latifundiários levou a introdução de novidades e melhorias nas técnicas de cultivo, como exemplo a rotatividade do solo e o uso de estrume que induzia a um aumento na produção, sendo muito importantes os experimentos realizados na época para a redução dos preços e para a agricultura dos dias atuais.

Uma parte da população que migrara para as cidades já estava habituada às manufaturas que eram produções em geral caseiras com divisão do trabalho e uma maior produção em comparação ao artesanato. A manufatura foi fundamental para o surgimento das maquinofaturas (indústrias com produção em larga escala), divisão do trabalho e auxílio de máquinas que apesar do crescimento econômico que geravam, infelizmente levavam ao desemprego de muitos trabalhadores. Os principais fatores que levaram esse desenvolvimento da indústria na Grã-Bretanha foi o país ser rico e desenvolvido, valores econômicos, sociais e ideológicos fracos, desejo por parte dos capitalistas de investir em progressos técnicos com pouco investimento, mercado nacional, setor manufatureiro e estrutura comercial bem desenvolvida, facilidade logística e de comunicação, não era necessário especialização por parte do trabalhador e por fim a busca pelo lucro.

A Revolução Industrial levou a uma expansão do mercado e dos produtos, novas técnicas de produção com máquinas que desempenhavam o mesmo trabalho que o ser humano, mas com uma produção, rapidez e até qualidade superior, como a Mule Jenny que fiava com rapidez e qualidade a lã. O crescimento da população devido aos cercamentos e a imigração principalmente irlandesa levaram a um enorme desemprego no país. Outra coisa que cresceu constantemente foi a produção, o número de patentes e empresas neste período, este crescimento levou a um desenvolvimento de regiões antes isoladas, ao surgimento do capitalismo industrial, a busca de novos mercados e a novas fontes de energia como a energia a vapor que substituiu a hidráulica.

A população que antes tinha uma alimentação farta que lhes garantia uma aparência robusta, lazer e condições de trabalho, se viu forçada a realizar duras jornadas de 16 horas de trabalho diárias em galpões imundos sujeitos a doenças, com uma péssima alimentação e se vendo forçados a colocar suas crianças para trabalhar para garantir o sustento da família. O nível de mortalidade, principalmente infantil, inicialmente era muito alto devido às péssimas condições de vida, e os frequentes acidentes de trabalho causados pela estafa, chegando a uma expectativa de vida de apenas 41 anos. Na grande maioria, os operários possuíam apenas a roupa do corpo e andavam descalço. As principais moléstias relatadas foram a desnutrição, deformação, lesões, amputações e infecções respiratórias. Posteriormente foi relatada uma queda na taxa de mortalidade devido a uma melhoria na produção de alimentos causada pela revolução agrícola, na higiene pessoal, na infraestrutura como casas de tijolos e saneamento básico, e o

desenvolvimento da medicina.

O desemprego e a miséria eram tão alto que o Estado se viu obrigado a criar leis, como a Nova Lei dos Pobres que teoricamente os ajudariam a conseguir empregos, mas que na realidade eram prisões em que eram obrigados a trabalhar por salários abaixo do mercado e em condições piores que as vividas anteriormente.

Muitos pensadores apresentaram suas opiniões sobre os fatos que ocorriam na época, alguns a favores e outros contra, como Thomas Malthus e Karl Marx respectivamente. Neste período também surgiu as leis anti-sindicais, que proibiam os trabalhadores de se unirem em qualquer tipo de organização operária.

Apesar disso a população se uniu em vários movimentos, como o Luddismo, Cartismo, Levellers e Diggers além de greves e protestos independentes. Esta luta social despertou o espírito socialista de uma grande parte da população, que passou a lutar por uma sociedade de homens livres e iguais, existindo até relatos de experimentos bem-sucedidos em vilas que aderiam parcialmente a este modelo, mas não abandonando o modo de produção capitalista. Era hora dos trabalhadores lutarem por respeito, reconhecimento e igualdade, não aceitando o papel de apenas fantoches do desenvolvimento, mas sim mostrando e fortalecendo a sua classe.

REFERÊNCIAS

AQUINO, R.S.L. **História das sociedades**: das sociedades modernas às sociedades atuais. 50. ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 2009. 664p.

ASHTON, T.S. **A Revolução Industrial**: 1760-1830. Portugal: Sociedade Astória, 1971. 211p.

CLEMSON UNIVERSITY. Disponível em:
<http://www.clemson.edu/caah/history/FacultyPages/PamMack/lec122/coalminers.gif>. Acesso em: 25 set. 2020.

CIPOLLA, C.M. **História Econômica da População Mundial**. Rio de Janeiro: Zahar, 1977. 141p.

CODY, D. **Child Labor**. Disponível em: <http://www.victorianweb.org/history/hist8.html>. Acesso em: 2 out. 2020.

COMITÊ PARLAMENTAR. Depoimento de Jonathan Downe sobre o trabalho infantil, 6 de junho de 1832. Disponível em: www.spartacus.schoolnet.co.uk. Acesso em: 30 ago. 2020.

COGGIOLA, O. **Da Revolução Industrial ao Movimento Operário**. As origens do mundo contemporâneo. Porto Alegre: Pradense, 2010. 76p.

DECCA, E.S.; MENEGUELLO, C. **Fábricas e Homens**: A Revolução Industrial e o Cotidiano dos Trabalhadores. 5. ed. São Paulo: Atual, 1999. 80p.

ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010. 388p.

FOHLEN, C. **O Trabalho no Século XIX**. São Paulo: Estúdios Cor, 1974.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**: História da Violência nas Prisões. 33. ed. Petrópolis: Vozes, 2007. 264p.

HOBBSAWM, E.J. **Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009. 325p.

HOBBSAWM, E.J. **A era das revoluções: 1789-1849**. Maria Tereza Teixeira; Marcos Penchel (Trad.). 33. ed. Paz & Terra, 2015. 532p.

LANDES, D.S. **Progreso Tecnológico y Revolucion Industrial**. 4. ed., Madrid: Editorial Tecnos, 1979. 604p.

LANDES, D.S. **Prometeu Desacorrentado: transformação tecnológica e desenvolvimento industrial na Europa ocidental, desde 1750 até a nossa época**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005. 644p.

MALTHUS, T.R. **Princípios de Economia Política e Considerações Sobre sua Aplicação prática; Ensaio Sobre a População**. São Paulo: Nova Cultura, 1996. 382p. [Coleções Os Economistas Malthus].

MANTOUX, P. **A Revolução Industrial no Século XVIII**. São Paulo: Hucitec/UNESP, 1988. 552p. (tradução da versão de 1928). Cap. 3.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista (1848)**. Sueli Tomazini Barros Cassal (Trad.). Porto Alegre: L&PM, 2009. 132 p.; 18 cm.

MARX, K. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Reginaldo Sant'Anna (Trad.). 27. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. Livro 1, v. 1. 571p.

NATIONAL ARCHIVES LEARNING CURVE. Disponível em: http://www.nationalarchives.gov.uk/archon/searches/locresult_details.asp?LR=55. Acesso em: 10 set. 2020.

SANDRONI, P. **Dicionário de Economia do Século XXI**. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006. p.425.

SFEIR-YOUNIS, A. **From steam engines to human consciousness**. Publicado em 22 de setembro de 2010. Disponível em: <http://www.makingitmagazine.net/?p=1605>. Acesso em: 2 out. 2011.

SMITH, A.; DAVID, R.; MALTHUS, T.R. **A Economia Clássica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1985. [Coleções Ensaio de Economia, v. 3, 223p.].

THOMPSON, E.P. **A Formação da Classe Operária Inglesa: A árvore da liberdade**. Denise Bottmann (Trad.). 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004. 204p.

TOCQUEVILLE, A. **Journeys to England and Ireland**. EUA: Yale University, 1958/2000. 530p.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO DE JANEIRO. **Moderna e Contemporânea**. Disponível em: http://www.moderna-contemp.uerj.br/outros_materiais/imagens/rev_ind/industrial_revolution.jpg. Acesso em: 12 ago. 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, 2011. **Os Seis Pontos da Carta do Povo (1837)**. Postada: 28 set. 2009. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/nec/materia/documentos/os-seis-pontos-da-carta-do-povo-1838>. Acesso em: 26 nov. 2020.

UNIVERSITÉ PARIS. **Actions and values of the Chartist movement**. Mise à jour: 11 octobre 2003. Disponível em: <http://anglais.u-paris10.fr/spip.php?article91>. Acesso em: 26 nov. 2020.